

CRISTIANE GONÇALVES

**INTERAÇÃO PAI-MÃE-BEBÊ: elementos para análise
do papel da paternidade**

Florianópolis
2002

CRISTIANE GONÇALVES

**INTERAÇÃO PAI-MÃE-BEBÊ: elementos para análise
do papel da paternidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-
Graduação em Neurociências, Centro de Ciências
Biológicas, Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Emílio Takase

Florianópolis
2002

**“INTERAÇÃO PAI-MÃE-BEBÊ: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO
PAPEL DA PATERNIDADE”**

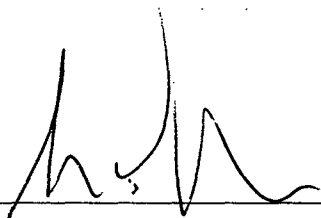
CRISTIANE GONÇALVES

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

MESTRE EM NEUROCIÊNCIAS

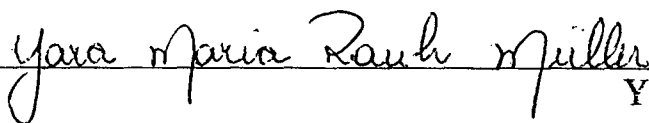
na área de Neurofisiologia e Comportamento Aprovada em sua forma final
pelo Programa de Pós-Graduação em Neurociências.

Orientador



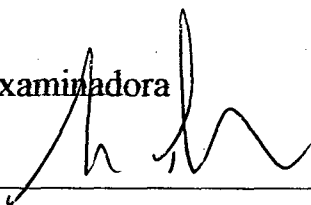
Emílio Takase

Coordenadora do Curso

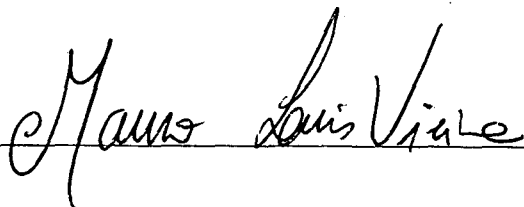


Yara Maria Rauli Müller

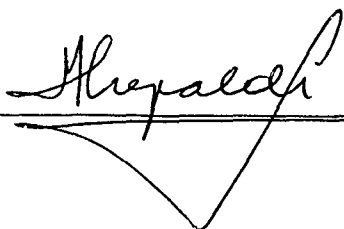
Banca Examinadora



Emílio Takase (Presidente)



Mauro Luís Vieira



Maria Aparecida Crepaldi

DEDICATÓRIA

À Deus por iluminar meu caminho e ter me permitido chegar até aqui e aos meus queridos pais, Pedro e Aldanei, que me oportunizaram e incentivaram cada passo de minha vida, e pelo amor que sempre me transmitiram, amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos, Marco e Fábio, minhas cunhadas, Thaís e Jaína, por fazerem parte da minha vida e ao meu sobrinho, Pedro Henrique, por transmitir tranquilidade e alegria nas horas que precisei.

Ao meu orientador prof. Dr. Emílio Takase, pelas contribuições, atenção, paciência e apoio.

Ao colega Fonoaudiólogo Roberto Pacheco, pelo incentivo e por sempre acreditar no meu trabalho.

Aos professores do programa de pós-graduação em Neurociências, em especial, ao prof. Dr. Rogério Guerra, pelo aprendizado.

Aos colegas de mestrado, em especial Marcos Gimenez e Rodrigo, pelo companheirismo, apoio e pelos interessantes diálogos.

Às grandes amigas Josiane e Angélica, pelo incentivo, amizade e por estarem sempre presentes.

À Sérgio, pelos momentos de descontração.

Às alunas Flávia, Katiúcia, Franciele e Ângela, pelo auxílio na execução da pesquisa.

À Nivaldo, secretário da Neurociências, sempre disponível a ajudar e amigo.

À psicóloga Zaira do H.U., pelo grande auxílio ao encaminhar as famílias para participarem da pesquisa.

Ao Dr. Gilmar Genésio dos Santos, pelo apoio profissional.

Às famílias que participaram da pesquisa, pelo comprometimento e aprendizado que me proporcionaram no decorrer desta.

À todos e a outros tantos que deixo de citar, que participaram e contribuíram de múltiplas maneiras para conclusão desta importante etapa da minha vida.

SUMÁRIO

Resumo
Abstract

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 01 |
| 1.1. Objetivos | 06 |
| 1.1.1. Objetivo Geral | 06 |
| 1.1.2. Objetivos Específicos | 06 |
| 2 REVISAO DE LITERATURA | 07 |
| 2.1. Infância | 07 |
| 2.1.1 O conceito de infância | 07 |
| 2.1.2 A infância no Brasil | 12 |
| 2.2. A família | 17 |
| 2.2.1 Diferentes formas de família | 17 |
| 2.2.2 Desenvolvimento familiar | 21 |
| 2.3 Representações acerca da maternidade | 27 |
| 2.4. Desenvolvimento infantil | 36 |
| 2.4.1 Características gerais | 36 |
| 2.4.2 Desenvolvimento das percepções | 39 |
| 2.4.3 Desenvolvimento emocional | 43 |
| 2.4.4. Interações sociais | 44 |
| 2.4.4.1 Interações iniciais e a importância do apego no desenvolvimento | 48 |
| 2.4.4.2 Amamentação e vínculo afetivo | 56 |
| 2.5. A construção social da paternidade | 59 |
| 2.6. A interação pai-bebê | 67 |
| 3 METODOLOGIA | 71 |
| 4 RESULTADO E DISCUSSÃO | 76 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 96 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 99 |
| ANEXOS | 104 |

RESUMO

A figura do pai, até os anos 60 era pouco expressiva no desenvolvimento infantil. A maioria das pesquisas concentram seus estudos nas características da interação mãe-bebê, cabendo ao pai, a responsabilidade apenas pelo sustento familiar. A partir de resultados de estudos que comprovaram a importância do papel dos pais no desenvolvimento social e afetivo do bebê, inverteu-se esse quadro. No entanto, no Brasil são raros os estudos que se dirigem a este ponto. Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar as interações pai-bebê em contextos específicos. Foi realizado o registro em vídeo, em ambiente natural, de três díades em quatro momentos de desenvolvimento: 1, 2, 3, 4 mês de idade de bebês entre 30 dias a 5 meses, onde foram analisados os episódios de domínio social, domínio didático e interação não efetivada, além de registrar alguns relatos dos pais sobre os aspectos gerais da situação e acontecimentos relevantes. Após 05 meses foi realizado um encontro final, examinando a experiência do pai, sua participação no desenvolvimento do filho, bem como, o depoimento das mães quanto a sua participação. Concluindo, foram identificadas interações iniciais como processos recíprocos de engajamento que tornaram-se mais frequentes e complexas no decorrer dos meses, com o predomínio de episódios de domínio didático, além do prazer dos pais em participar dos cuidados dos filhos, mediados por uma atitude de amor paterno.

ABSTRACT

Until the 60s, the figure of a father was little expressive during a child's development. Most of the researches focused on the characteristics of the mother-baby interaction, while fathers were responsible for the support of the family. However, this picture changed after some studies revealed the importance of fathers to the social and affective development of their babies. Nevertheless, there are very few studies in Brazil regarding this issue. Therefore, the main objective of this research was to investigate father-baby interactions in specific contexts. The subjects of this research were three dyads videotaped in four stages of their development: 1, 2, 3, and 4 month-old babies, between the 30th day and the 5th month. The analyzed episodes consisted of social and didactic domains and non-effected interactions. In addition, there were recorded some of the fathers' accounts about general aspects of situations and relevant happenings. After 5 months, the fathers were interviewed in order for them to relate their experience and their participation during their babies' development. Besides that, the mothers were also interviewed in order for them to report their participation. As a result, there were identified initial interactions such as reciprocal processes of participation that became more frequent and complex along the months, with the predominance of didactic domain episodes, besides the fathers' pleasure in taking care of their children, which were mediated by an attitude of fatherly love.

1. INTRODUÇÃO

De uma imagem ideal do pai patriarca, que predominou entre 1600 e 1700, passou-se para a figura do provedor econômico, entre 1830 a 1900, chegando a imagem de um colega cordial entre 1900 a 1970 (Pleck & Pleck, 1997, apud Rohner & Veneziano, 2001). De 1970 até os dias de hoje, preconiza-se a imagem de um co-pai que compartilha, igualmente com a sua companheira, os cuidados das crianças e as tarefas de casa.

Um dos elementos históricos mais duradouros que definiram o papel da paternidade, foi o de provedor econômico (La Rossa, 1997). Assim, por muito tempo, os homens eram julgados pelo sucesso e habilidade em prover economicamente suas famílias (Stearns, 1991). Esta ideologia era compartilhada por muitos investigadores que a utilizaram para explicar o envolvimento aparentemente limitado dos pais nos cuidados das crianças. (Rohner & Veneziano, 2001)

Sabe-se hoje que as perturbações destas interações constituem, em muitos casos, o único e primeiro indício de dificuldades ou perturbações no bebê. Assim, o estudo das interações pais-bebê comporta uma dimensão preventiva evidente. (Wendland, 2001)

Apesar destas comprovações no Brasil, muito pouco estudos voltam-se a esta perspectiva, indicando que o estudo das primeiras relações da criança com a figura paterna, parece ser um campo relevante para a pesquisa. Um estudo desenvolvido por Rodrigues & Trindade (1999), mostrou que a Psicologia do Desenvolvimento da década de 70, apenas reproduzia a concepção dos papéis parentais tradicionais, fundamentados no modelo tradicional das diferenciações de gênero. Através da análise de conteúdo de textos

básicos da área, os autores verificaram que o pai tinha presença pouco expressiva na psicologia do desenvolvimento daquela época. (Trindade, 1999)

A mídia também revela a exclusão do pai no processo de desenvolvimento infantil. Um trabalho de Rodrigues et al. (1993), apud Trindade (1999), comparando a presença do pai e da mãe como fonte de influência na criação dos filhos, em revistas Pais e Filhos das décadas de 60 e 90, mostrou que em ambas as décadas o pai aparecia com menor frequência, incluindo até a categoria "outros", que considerava as empregadas, médicos, professoras, babás, etc.

Os estudos sobre o desenvolvimento da criança, sua interação com as pessoas em diferentes contextos e situações possuem implicações significativas. Pesquisas envolvendo grupos de diferentes nações, etnias e cultura (Rohner & Veneziano, 2001), indicam que as crianças de todos os lugares, respondem da mesma maneira quando experimentam a sensação de serem amados (aceito) ou desamados (rejeitado) pelas pessoas que consideram mais importantes.

A grande maioria das pesquisas nesta área, concentram seus estudos nas características da interação mãe-bebê, enfatizando sempre o amor de mãe como supremo no desenvolvimento das crianças. (Kagan, 1978; Stearns, 1991; Stendler, 1950; Sunley, 1955, apud Rohner & Veneziano, 2001)

Se por um lado as contribuições da mãe no desenvolvimento inicial da criança foram sempre privilegiadas igualmente, por outro lado, pode-se afirmar que a figura do pai foi igualmente negligenciada.

Os poucos estudos que relacionam a presença do pai no desenvolvimento infantil (Atkinson & Blackwelder, 1993), apontam com a função de responsável pelo sustento familiar. Esta evidência foi apoiada por vários autores, dentre eles por Ellner (1973), que revisando 117 artigos de revistas relacionados ao estudo de criança durante os primeiros seis meses, registrou somente três que referiram-se aos pais. (Rohner & Veneziano, 2001)

Eron et al. (1961), apud Rohner & Veneziano (2001) além de apoiarem esta conclusão verificaram ainda que quando haviam informações sobre os pais, estas eram geralmente obtidas através do relato das esposas.

O motivo pelo qual o papel do pai ficou relegado nas pesquisas que envolvem a interação pai-bebê em etapas iniciais do desenvolvimento infantil, possuem implicações culturais historicamente construídas. Neste sentido, sua compreensão passa pelo entendimento dos significados das representações sociais de maternidade e paternidade materializadas no pensamento social, intrinsecamente relacionadas às representações de gênero, que produzem formas, diferenciadas ou não, de conceber o masculino e o feminino, sempre referenciados nas diferenças biológicas entre os sexos.

Para alguns estudiosos, a reduzida participação do pai devia-se ao fato das crianças passarem a maior parte do seu tempo com as mães. Já outros, discutiam a falta de aptidão biológica para cuidar de criança, ao contrário das mães, que eram consideradas dotadas geneticamente para tal. (Amato, 1998; Belsky, 1998; Benson, 1968, apud Rohner & Veneziano, 2001)

A concepção cultural dos pais enquanto insignificantes no desenvolvimento das crianças, tem seu fundamento na suposição da primazia do amor materno, postulado como a mais importante no desenvolvimento da criança. A maioria dos cientistas do comportamento aceitavam a proposição de que o papel principal dos pais na família estava no domínio instrumental, pelo fato de expressarem menos afeto em oposição ao papel das mães, que encontravam-se no domínio expressivo-afetivo (Parsons & Bales, 1955, apud Rohner & Veneziano, 2001), resultando em poucas pesquisas interessadas em examinar a relação entre o amor de pai e a sua influência no desenvolvimento da criança.

No entanto, a partir de um estudo realizado por Peterson et al. (1959), sobre a influência das atitudes dos pais nas crianças evidenciando o potencial social das primeiras interações com os pais, ocorreu uma modificação destas concepções levando outros autores (Becker et al, 1960), a realizarem um estudo mais sistemático do papel dos pais no desenvolvimento social e afetivo do bebê. (Rohner & Veneziano, 2001)

A partir de então, multiplicaram-se os estudos sobre o desenvolvimento psicológico da criança e suas interações com o mundo adulto. Estes estudos adotaram inicialmente uma perspectiva diádica, em particular a díade mãe-bebê e mais recentemente, passaram a considerar a tríade mãe-pai-bebê ou o grupo familiar como um todo. (Fivaz-Depeursinge, 1998, apud Wendland, 2001)

Paralelos aos estudos, muitos progressos nessa área têm tido origem na colaboração entre pesquisadores e clínicos que trabalham com a primeira infância (Lebovici, Mazet & Rosevègue, 1990; Maury, Visier & Montagner, 1989). Por sua vez, as implicações clínicas desses trabalhos têm sido evidenciadas na medida em que se reconhece o potencial

diagnóstico, preventivo e mesmo terapêutico de avaliações da qualidade da interação pais-bebê. (Wendland, 2001)

Esta concepção foi reforçada pela entrada da mulher no mercado de trabalho, determinando um reexame da construção cultural da identidade do gênero e ao mesmo tempo, admitindo mais envolvimento dos pais nos cuidados das criança e das tarefas domésticas, culminando na importância da influência da interação pai-bebê.

Ao mesmo tempo, os processos estatísticos da época, passaram a permitir o controle simultaneamente de várias variáveis, oportunizando a discussão de diferentes aspectos da interação, em diferentes contextos, expressos através do excesso ou carência de estimulações originadas pela presença paterna.

Neste trabalho, examina-se as características da interação pai-bebê motivada pela certeza de que “estudar a correspondência entre diversas formas de análise da interação pais-bebê/criança, pode favorecer a comunicação, o uso de uma linguagem comum e o compartilhar de conceitos, permitindo trocas mais frutíferas entre pesquisadores com diferentes orientações teóricas e metodológicas”, conforme afirmam Piccinini et al. (2001).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Caracterizar a interação pai-bebê em diferentes contextos interacionais.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais as formas e as características da interação pais-bebê;
- Descrever os episódios de interação manifestados;
- Delimitar os tipos de domínios da interação;
- Analisar a influencia da participação do pai para a mãe do bebê, e
- Identificar os aspectos emocionais originários da participação do pai.

2 REVISAO DE LITERATURA

2.1 INFÂNCIA

2.1.1 O conceito de Infância

Os costumes e a maneira de encarar e educar os filhos mudaram muito no decorrer da história. A importância hoje dada a infância, não existiu sempre da mesma maneira e portanto, torna-se inadequado supor que existe uma população infantil homogênea, considerando que as crianças de diferentes populações submetem-se aos processos sócio-históricos diferentes na forma de socialização.

Segundo Postman (1999), o conceito de infância incluiu desde a ausência de uma palavra para defini-la, até a descrição detalhada de suas características. Para Silveira (2000), a definição de infância está ligada à ótica do adulto e modifica-se conforme os paradigmas do contexto histórico.

As concepções sobre a infância exige que se compreenda que estas não variam apenas geograficamente mas também, estão intrinsecamente relacionadas as diferentes classes sociais, diferentes culturas, ou como melhor esclarece Sandin (1999), ao falar da infância:

"(...) talvez fosse mais adequado falar em infâncias - não é uma construção homogênea e sem ambigüidades; antes, possui contradições internas e sentidos conflitantes".

Na antigüidade, as relações familiares e individuais eram bastante restritas. Neste ambiente as crianças, segundo Aristóteles, apud Rivero (1996, p.20): “... era tomada como ser sobre quem se exerce legitimamente a autoridade (do pai). Esta condição vai aproximá-la à condição do escravo e da mulher, sobre quem pesava a autoridade do senhor e do homem”.

Nesta ambiência, explica Oliveira (1989, p.24), apud Rivero (1996):

“[...] a criança é entendida como ser naturalmente comandado, cuja capacidade de deliberação é algo em formação e suas possíveis qualidades de criança são duvidosas pela própria condição de transitoriedade que atravessa, inviabilizando para ela um traço característico”.

Ao abordar sobre a Idade Média Ariès (1981, p.57), ressalta que devido ao alto índice de mortalidade infantil e, portanto, a possibilidade mínima das pessoas conseguirem percorrer todas as etapas da vida naquela época, impedia elaborar uma análise do desenvolvimento em todas as fases e portanto, uma elaboração mais complexa sobre a criança. A infância acontecia em um período de transição curto e, desta forma “...as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual”.

Baseando-se em dados demográficos da época, trechos de cartas, pinturas e análise de diários que manifestavam o sentimento de desapego pela criança, o autor conclui que não se considerava essa criança com a personalidade de um homem, o que explicaria a expressiva indiferença verificada por parte dos adultos. (Rivero, 1996)

Por volta do século XIII, segundo a autora, a criança começa a sair do anonimato. Neste período, a infância encontra-se relacionada ao sentimento religioso, permanecendo representada dessa forma até o século XVI. Nos séculos XV e XVI surgem os retratos de crianças mortas, esculpidas nos túmulos, acompanhadas dos pais e irmãos, indicando uma outra visão a respeito da criança, ou como melhor explica Oliveira (1989, p.100, apud Rivero, 1996): "...a criança ganhava na consciência social sob a forma particular do seu realismo, antes não revelado".

No novo conceito de infância a criança passa a ser concebida como um ser frágil e inocente que necessita de cuidados particulares, amor, disciplina, proteção, dentre outros, caracterizando uma atitude mais afetuosa. Nesta época, a família muda de sentido, e passa a ser o local da afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, o lugar de atenção à infância. (Ariès, 1991)

Ariès (1991, p.16) ilustra esta transformação dizendo que ocorre: "... uma substituição da sociabilidade anônima – da rua, do pátio do castelo, da praça, da comunidade – por uma sociabilidade que se confunde com a família, ou ainda com o próprio indivíduo". Nesta linha de pensamento, a família se torna a primeira e a principal fonte de mediação entre indivíduo e sociedade.

O sentimento de infância nesta época é caracterizado, segundo Ariès (1991), pela "paparicação" ou seja, a criança vista como um ser inocente e divertido servia como forma de entretenimento aos adultos. As situações de morte infantil, antes considerada inevitável e até previsível, era agora recebida com muita dor.

Conforme explica Leite (2001), estas transformação acerca do sentimento de infância ocorreu devido a expansão das idéias iluministas que diferenciou a infância da fase adulta e ressaltou suas características, passando a incentivar o afeto pelas crianças. A idealização da infância como um momento perfeito da vida, em que não se têm problemas e que se é puro e inocente, é resultado do sentimento de infância e da afeição que tal sentimento desperta nos adultos. Para Kramer (1992, p.17) é esse sentimento que caracteriza a descoberta da infância:

“... não significa o mesmo que afeição pelas crianças; corresponde, na verdade, à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que a criança seja considerada como um adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento”.

Como afirma a autora, o contexto do final do século XVI, de consolidação da sociedade burguesa, provocou transformações na instituição familiar, que se tornou um reduto cada vez mais privado, assumindo progressivamente funções antes preenchidas pela comunidade. Portanto, o sentimento de família surge nesse contexto (século XVI e XVII), segundo a autora, abstraído do sentimento de infância.

No século XVII, as críticas e as perspectivas de ações em relação à infância começam a se deslocar para o campo moral que destaca a necessidade de conhecê-las e não paparicá-las, para corrigir suas imperfeições. Este sentimento de infância denominou-se "moralização".

Embora esses dois sentimentos de infância tivessem origens diferentes, um provindo da família e o outro do meio eclesiástico e ou intelectual, sob qualquer uma das

visões, é possível perceber que a criança perde seu anonimato e assume um papel central no meio familiar. (Rivero, 1996)

Neste contexto, as famílias de classes altas passaram ver com maus olhos a forma de educação dos filhos dos operários e dos camponeses, criticando o fato das crianças trabalharem ou perambularem pelas ruas. Segundo Sandin (1999):

“O comportamento dos aprendizes nas ruas, sempre barulhentos, foi visto como prova da existência de uma subcultura autônoma e da rejeição do mundo adulto. As classes dominantes consideravam tal cultura alheia e ameaçadora. As crianças dos cidadãos prósperos vivenciavam uma infância mais estrita, controlada pelas exigências e expectativas do mundo adulto. Isto permite ilustrar que não há um único tipo de infância, isto é, que a infância difere entre meninos e meninas; entre habitantes do campo e das cidades; de uma para outra classe social”.

O ideal da maternidade enfatizado na virada do século XIX para o XX, de acordo com Sandin (1999), significou a compreensão da infância que se baseava em uma criança dependente de um pai provedor e de uma mãe carinhosa. O sentimento de responsabilidade e de cuidados que passaram a envolver a noção de família também foram resultados destas mudanças.

Neste contexto, a família estipulava, de acordo com sua cultura, novos papéis para todos os seus membros, inclusive para as crianças. Segundo Sandin (1999) como no final do século XIX, as técnicas derivadas das ciências médicas e psicológicas, encontravam-se emergentes, as crianças começaram a ser analisadas e avaliadas de múltiplas formas, com o objetivo de descobrir os efeitos da política e dos planos de ação desenvolvidos para ajudá-las. A imagem clássica era a da criança antes e depois de participar dos programas. O "antes e

depois", de acordo com o autor, abriu caminho para uma definição médica e psicológica de normalidade, fundada na noção de uma infância sem trabalhos físicos, típica de uma família de classe média, e que apresentasse aproveitamento escolar médio.

Estas novas exigências em relação às crianças, trouxeram consequências para as famílias da classe trabalhadora. Esperava-se que as mães mandassem seus filhos para a escola limpos, com saúde e na hora certa. Os homens, por sua vez, deveriam prover o sustento de sua esposa e filhos, tal contexto, o que pode ter contribuído para diminuir o tamanho das famílias, cuja manutenção era ainda mais dificultada pelo alongamento da infância, período no qual as crianças dependiam dos pais. (Sandin, 1999)

2.1.2 A infância no Brasil

Priore (1991), apud Rivero (1996), referindo-se à Terra de Santa Cruz, no século XVI, conta que os jesuítas percebiam a infância como o momento ideal para a catequese e como o período propício para a ruptura com a cultura indígenas, em função desta não estar sedimentada. Sendo assim, o processo de aproximação jesuítico buscou o esvaziamento da identidade indígena. Além do mais, destaca Rivero (1996) a experiência jesuítica significou também uma preparação para a chegada de uma sociedade colonial do tipo "paternalista", descrita por Ostetto (1991, p.141) como:

"..sustentada pela exploração da grande propriedade rural e do trabalho escravo, aliada à descentralização administrativa, à dispersão populacional e

à concentração fundiária, desencadeou a constituição de uma sociedade do tipo “paternalista”, em que os laços de parentesco e as relações de caráter pessoal assumiram importância capital”.

Segundo a autora, a família torna-se o centro do universo econômico, político e social da colônia, centrada no regime patriarcal, cabendo ao homem preservar a unidade e a honra da família, defendendo a propriedade e a moral. Nessa sociedade todas as atenções estão voltadas para a figura do “pai-proprietário” e portanto, parece não haver espaço para a criança.

“...Neste lar não havia espaço para o cultivo do “reizinho” – o trono já estava ocupado pelo “rei-pai” e sob sua autoridade qualquer sentimento ou desejo individual era impossibilitado. Os cuidados e as atenções eram para o pai-proprietário, para a satisfação da sua vontade – generalizada como a vontade de todos. Havia uma distância imensa entre “párulos” e adultos. Tão forte como a separação entre sexos, raças e classes. Ademais, numa organização onde a ociosidade era adjetivo e o trabalho coisa de escravos, não se colocava em primeiro plano a procriação. Eram tantas as gestações, tantos filhos, tão indiferenciados, que nasciam, morriam, sobreviviam sem maiores cuidados e preocupações. A idéia da criança necessitada de amparo e carinho não estava presente no cotidiano da sociedade patriarcal. Nesta, nem espaço para a sensibilidade familiar havia e a intimidade não existia”. (Ostetto, 1991, p.145-146, apud Rivero, 1996)

No Brasil-Império forma-se uma imagem infantil oposta a de uma criança submissa, que pouca utilidade tinha para a sociedade. A crescente urbanização, modificações significativa na vida social e o “nacionalismo”, acarretou mudanças profundas na sociedade até então patriarcal e, nesta nova configuração a ação médico-higienista ganha importância. Nasce com este movimento uma preocupação com a criança que necessita de cuidados especiais, tanto no sentido de preservação da vida, como no da moralização dos costumes. (Ostetto, 1991, p.157, apud Rivero, 1996)

“O rezinho-criança, professado pela higiene médica, surgirá como “ser em evolução”, que requer acompanhamento. Esta criança da elite, como já assinalamos, depositária do futuro dessa “raça varonil”, com que o Estado conta e para quem dirige sua preocupação via higienização”. (Ostetto, 1991, p.158, apud Rivero, 1996)

A partir da República esse fenômeno se amplia, passando a considerar a coexistência de diferentes concepções de infância, que defendem ou condenam a situação da criança na época, conforme assinala Ostetto (1991), apud Rivero (1996):

1) A infância na perspectiva dos industriais

Nesta visão , segundo Pinheiro apud Ostetto (1990, p.101):

“...têm esses menores a vantagem de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam essa cidade”.

2) A infância na visão operária

Esta visão apresenta como objeção a exploração das crianças considerando:

“(…) nada educativo e saudável, composto por maus tratos, insultos, espancamentos, castigos, onde falta iluminação e ventilação, existindo toda a sorte de perigos que colocam em risco a saúde e a vida das crianças”. (Rago apud Ostetto, 1990, p.105)

3) A infância para o movimento médico-higienista

Este movimento considera importante mostrar a

“(…) necessidade de educar a população, mudando seus hábitos, preparando o trabalhador que a fábrica precisa e o cidadão reclamado pela República, ou seja, estender à população o ‘modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa’”. (Ostetto, 1991, p.109, apud Rivero, 1996)

“A proteção ao adulto representa a salvaguarda do presente mas muito mais importante é a que se dispensar à criança. Esta, por uma educação bem dirigida, virá a constituir o cidadão útil a si e à sociedade, e pela docilidade com que seu organismo obedece às imposições do meio é perfeitamente possível a governos inteligentes e bem intencionados preparar gerações de homens que, vivendo felizes, conduzam sua pátria aos destinos que ela merece”. (Americado apud Ostetto, 1990, p.111)

Ao longo do século XX, observou-se um crescente movimento pelo estudo da criança, agora definida como uma categoria social e historicamente construída. Mais recentemente, estudos teóricos nesta área e os movimentos políticos em defesa das crianças vêm apontando para a sua construção social enquanto sujeitos sociais de plenos direitos.

Caracterizado pela crescente profissionalização do cuidado infantil, o interesse pelo planejamento social e pela infância no decorrer do século XX, aponta para um novo conceito de infância. Isso significa também que a mediação das relações entre as pessoas se torna mais complexa, pelo alargamento de um espaço (subjetivo) entre elas, e pela consciência de uma interioridade potencialmente presente em todas as pessoas. Nessa individualidade agora presumida detectam-se os contornos da infância de hoje: maturidade precoce; compartilhamento das experiências adultas por meio da mídia; aprendizagem rápida

dos comportamentos adultos e de seus códigos, propiciada pela participação em instituições para além da casa. Uma vida de brincadeiras e de lazer, porém destituída de inocência; agora a infância é um planejamento consciente para a vida adulta. Trata-se de uma infância plena de requisitos para obter realizações e preencher expectativas: a criança competente, interativa. (Sandin, 1999)

Assim, de acordo com o autor, da mesma forma que a inocente e romântica noção da infância contribuiu, no século XIX, para um novo tipo de maternidade, a visão atual da infância também pressupõe novos tipos de pais: conscientes, responsáveis e planejadores. Desta forma, como no conceito de infância também modificaram-se historicamente o conceito e as organizações das atividades familiares, refletindo em cada uma delas a sua posição, classe social, cultura, dentre outras. Assim, aborda-se no capítulo que se segue sobre a família bem como às transformações pelas quais passou.

2.2 A FAMÍLIA

Apesar da infância e dos cuidados infantis adquirirem diferentes maneiras, que variaram segundo os padrões culturais e sociais existentes, algumas características contribuem decisivamente para o desenvolvimento da criança, dentre elas, o ambiente familiar.

2.2.1 Diferentes formas de família

Segundo Costa (1999), coube a Lewis H. Morgan (1871), o mérito de ter identificado a influência da sociedade na família e a distinção entre as diferentes formas de famílias. Em sua teoria evolucionista enumerou seis estágios de desenvolvimento da família:

1) Inicialmente predominava o estado selvagem com o "comércio sexual sem obstáculos"; 2) depois aparece a família consanguínea, fundada sobre o intercasamento de irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no interior de um grupo; 3) a família punaluaana, baseada no casamento de várias irmãs, carnais e colaterais, com os maridos de cada uma das outras, no interior de um grupo; 4) a família sindiásmica ou de casal, onde existia o casamento entre casais individuais, mas sem obrigação de coabitação exclusiva; 5) a família patriarcal, fundada sobre o casamento de um só homem com diversas mulheres 6) e a família

monogâmica, assentada no casamento de casais individuais, com obrigação de coabitação exclusiva.

Atualmente existem diversas formas de relacionamentos que agem como substitutivas da família. Prado (1985), destaca seis tipos de arranjos familiares a saber:

- Monogâmica: em geral a mais encontrada e é formada por duas pessoas - homem e mulher;
- Poligâmica: possui normalmente um homem que vive maritalmente com várias mulheres ao mesmo tempo;
- Família criada ao redor de um casamento de participação, no qual marido e esposa participam das mesmas tarefas;
- Experimental: consiste na união durante algum tempo, sendo legalizada após o nascimento do primeiro filho;
- União livre: semelhante à anterior, com a diferença na recusa da formalização religiosa e legalização civil, mesmo com a presença de filhos;
- Homossexual: quando duas pessoas do mesmo sexo vivem juntas, acompanhadas ou não de crianças adotivas e/ou resultantes de uniões anteriores.

Friederich Engels (1887), baseando-se na teoria de Morgan e sob uma perspectiva do materialismo histórico, analisou a família monogâmica e a propriedade privada ao mesmo tempo, postulando que:

"(...) foi com a família patriarcal e a família individual, contemporâneas do desenvolvimento da propriedade privada, que a direção do lar perdeu o seu caráter público e se transformou em "serviço privado": a mulher tornou-se uma primeira serva, desviada da participação na produção social... e a família individual moderna fundou-se no escravagismo doméstico, reconhecido ou dissimulado da mulher". (Costa, 1999)

Ferdinand Tonies (1887), segundo o autor, considerou 3 características de relação familiar:

1. na relação mãe-filho (profundamente fundada sobre o puro instinto ou afeto);
2. na relação entre homem e mulher como cônjuges (onde o instinto sexual serve para poder assumir o caráter de relação duradoura e de afirmação recíproca, na mútua habitação), e
3. entre os que se reconheciam como irmãos e irmãs (onde não existe um afeto tão originário e instintivo, nem um reconhecimento recíproco tão natural).

Marcel Mauss (1947) fez notar que a "família conjugal" de fato existe em toda parte. Já Ralph Linton (1970), assinalou além desta a "família consangüínea", constituída por um grupo difuso e pouco organizado de parentes consangüíneos. (Costa, 1999)

Talcot Parsons (1970), apud Costa (1999), examinando a terminologia do parentesco como guia da estrutura social, definiu a família como um "sistema aberto, multilinear e conjugal". Igualmente Andolfi (1984), compreendeu a família, como um sistema ativo em constante transformação que se altera para garantir a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros. Este processo tende a permitir o desenvolvimento da família como um todo e assegurar a diferenciação de seus integrantes.

Levy Strauss (1972), define família como um grupo social possuidor de pelo menos três características: (1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união, conquanto seja lícito conceber que outros parentes possam encontrar o seu lugar próximo ao núcleo do grupo; (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas, religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo, dentre outros.

Minuchin & Fishman (1990), consideram a família como o contexto ou grupo natural que vai desenvolvendo padrões de interação à medida que o tempo passa. A estrutura familiar é constituída por esses padrões, que governam o funcionamento dos seus membros, delimitando seu comportamento e facilitando sua interação.

Neste cenário todos os membros da família se vêem como uma unidade que é capaz de interagir com outras, formando um todo. Seguindo esse pensamento, "a família é um sistema aberto em transformação isto é, constantemente recebe e envia *inputs* para e do

extrafamiliar, e se adapta às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento que enfrenta”. (Minuchin, 1982, p.56)

Anália Kornblit (1984), apud Costa (1999), caracterizou a estrutura familiar pela combinação de três funções: 1) a materna ou continente; 2) a paterna, que garante a ruptura da díade mãe-filho, facilitando ao segundo o acesso à ordem simbólica; 3) e a filial, que concretiza as possibilidades geradoras-criadoras dos pais, garantindo a continuidade do grupo específico e social. Independente das diferentes conceituações e concepções acerca da família, é inegável que ela é o locus privilegiado da constituição da subjetividade humana. É definidora, norteadora e contenedora da história subjetiva do indivíduo.

Atualmente, devido a extinção dos clássicos papéis das famílias, existem diferentes configurações de relacionamento humano e novas formas de ser família. Neste sentido, o conceito de família enquanto único e universal deixou de existir. No entanto, neste processo de adaptação aos novos tempos, a família, seja ela qual for, tenha a configuração que tiver é, e sempre será, o meio de relacionamento básico para as relações com o mundo.

2.2.2 Desenvolvimento Familiar

Para alguns a família é compreendida como um sistema complexo cujas partes encontram-se em constante interação, influenciando e sendo influenciados uns pelos outros (Dessen, 1994, 1997; Feiring & Lewis, 1978; Minuchin, 1985, 1988; Trost, 1995, apud Dessen & Braz, 2000) e que vários outros sistemas fora da família exercem importante

influência nas interações e no desenvolvimento dos membros familiares, sendo fundamental considerar a interdependência e a mútua influência dos processos intra e extrafamiliares. (Bronfenbrenne, 1996, apud Dessen & Braz, 2000)

Para outros, como Meyer (1987), a família pode ser entendida como uma unidade sócio-econômica organizada em torno de um par heterossexual onde os membros possuem seus papéis definidos e estabelecem bases para suas interações.

Minuchin & Fishman (1990), acreditam na existência de um modelo de desenvolvimento familiar composto de quatro estágios principais, que incluem:

- Formação do casal: é o primeiro estágio, no qual a nova estrutura conjugal deve relacionar-se com as famílias de origem, os amigos, o mundo do trabalho, a vizinhança e todos os indivíduos que os cercam. Nesta fase devem-se manter contatos importantes, ao mesmo tempo em que houver o crescimento da relação íntima do casal;

- Famílias com crianças pequenas: o segundo estágio ocorre com o nascimento do primeiro filho, quando novas relações são estabelecidas: parental, mãe-filho e pai-filho. O sistema conjugal deve reorganizar-se para lidar com novas tarefas e novas regras, porque o recém-nascido depende de cuidados especiais. Nesse estágio a família acomoda-se com a chegada de mais um membro.

- Famílias com filhos em idade escolar ou com adolescentes: há uma grande mudança quando as crianças vão para a escola e inicia-se o terceiro estágio de desenvolvimento. A família exerce novas funções, como ajudar nas tarefas escolares, regras

sobre a hora de dormir, tempo para estudo e lazer e acompanhamento da avaliação escolar de seu filho.

Com a adolescência novos valores começam a fazer parte da família e outra fonte de pressão, surge: a dos pais. É nesse estágio que ocorre uma transformação importante que é o processo de separação dos seus membros, porque cada um faz parte de uma geração - avós, pais e filhos.

- Famílias com filhos adultos: no quarto e último estágio, os filhos adultos já conduzem sua própria vida (carreira, amigos e parceiro) e a família originária volta a ser composta de dois integrantes.

A família exerce inúmeras funções dentro do convívio social, cultural, econômico e religioso de seus integrantes. Penteado et al. (1996) acreditam que é no período entre o final do primeiro e final do terceiro ano de vida, quando a criança está em fase de organização e formação de hábitos, que a família desempenha papel importante, atuando como interlocutor na mediação das relações vividas por ela com o mundo exterior.

Prado (1985) acredita no papel determinante da família para o desenvolvimento da sociabilidade, afetividade e do bem-estar físico do indivíduo, principalmente na infância. Para a autora, as funções familiares dependem da faixa que cada família ocupa na organização social e econômica do país e considera ainda algumas das funções específicas das famílias a saber:

- Reprodução: é a condição indispensável à diferenciação entre um grupo de indivíduos e a sociedade;
- Identificação social: é a mais importante, porque determina o grupo familiar em oposição à família natural (reprodução dos indivíduos) e indica a filiação em documentos;
- Socialização: é por meio da família que a criança interage com o mundo, recebe orientação e estímulo bem como aprende a lidar com seus sentimentos, avaliar e selecionar suas relações.

Toda família possui padrões de interação que variam de acordo com a conduta de cada um de seus membros, que por sua vez, agem mediante as concepções formadas no meio social em que viveram. Nesta idéia, as vivências do casal com sua família de origem são fundamentais.

Andolfi (1984) acredita que existem famílias capazes de estimular a coesão familiar como a individualização de seus membros, onde cada um cria uma imagem de si mesmo, dos outros integrantes e da relação entre eles. Nesse tipo de relacionamento, cada indivíduo dá e recebe ao mesmo tempo. Em contrapartida, há famílias cujos membros são incapazes de manter esta forma de relação .

Piletti (1984) considera que as influências familiares moldam o comportamento da criança, o que é concordante com os pensamentos de Moreno & Cubero (1995), que atribuem à família a função de garantia de sobrevivência física de seus membros e ressaltam que é através dela que se realizam as experiências básicas que serão imprescindíveis para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade (aprendizagem do sistema de valores,

da linguagem, do controle de impulsividade, etc.). Destacando o modelamento psicológico da criança através dos meios de recompensas, castigo e observação os autores consideram também que existem características parcialmente definidas nas crianças e que outros contextos socializadores além da família, como escola e colegas, influem sobre a criança.

Os autores discorrem ainda sobre os diferentes estilos de comportamento parentais e os conseqüentes efeitos sobre o desenvolvimento social e da personalidade da criança a saber:

- pais autoritários- manifestam altos níveis de controle, de exigências de amadurecimento, porém baixos níveis de comunicação e afeto explícito. Os filhos tendem a ser obedientes, ordeiros e pouco agressivos, porém tímidos e pouco persistentes no momento de perseguir metas; baixa auto-estima e dependência (não se sentem seguros, nem capazes para realizar atividades por si mesmos); filhos pouco alegres, mais coléricos, apreensivos, infelizes, facilmente irritáveis e vulneráveis às tensões, devido à falta de comunicação desses pais;

- pais permissivos- pouco controle e exigências de amadurecimento, mas muita comunicação e afeto; costumam consultar os filhos por ocasião de tomada de decisões que envolvem a família, porém não exigem dos filhos, responsabilidade e ordem; estes, tendem a ter problemas no controle de impulsos, dificuldade no momento de assumir responsabilidade; são imaturos, têm baixa auto-estima, porém são mais alegres e vivos que os de pais autoritários;

- pais democráticos - níveis altos tanto de comunicação e afeto, como de controle e exigência de amadurecimento; são pais afetuosos, reforçam com frequência o comportamento da criança e tentam evitar o castigo; correspondem às solicitações de atenção da criança; esta tende a ter níveis altos de autocontrole e auto-estima, maior capacidade para enfrentar situações novas e persistência nas tarefas que iniciam; geralmente são interativos, independentes e carinhosos; costumam ser crianças com valores morais interiorizados (julgam os atos, não em função das conseqüências que advêm deles, mas sim, pelos propósitos que os inspiram).

Mussen et al. (1977), consideram que lares tolerantes e democráticos que encorajam e recompensam a curiosidade, a exploração e a experimentação das crianças tende a ver essas atividades generalizadas para a escola. Ao contrário, acreditam que a criança severamente controlada ou excessivamente protegida por seus pais são desencorajadas a atuarem de maneira independente, a explorar e experimentar por conta própria situações que também se generalizam na escola.

2.3 REPRESENTAÇÕES ACERCA DA MATERNIDADE

É culturalmente aceita a teoria de que amor de mãe é instintivo e refere-se a um sentimento que se desenvolveu bio-sócio-historicamente. Assim, esse capítulo se propõe a levantar algumas considerações sobre as representações construídas acerca da maternidade visando colocar em debate o seu papel histórico.

O exercício da maternidade nos dias de hoje é o resultado das mudanças econômicas e sociais que ocorreram através das épocas nas várias sociedades e, em particular, na família. No entanto, conforme destaca Novelino, apud Cerisara (1996, p.110), apesar de assistirmos nas últimas décadas a grandes transformações ainda hoje “a noção socialmente aceita e difundida de que a mulher, por sua natureza, destina-se à maternidade, permanece inabalada”. O autor ainda acrescenta que:

“O lugar socialmente destinado à mulher continua sendo a família: é na privacidade do lar que, prioritariamente, ela deverá encontrar a realização pessoal. E a maternidade, hoje aparentemente opcional, constitui ainda o componente central, definidor da identidade feminina. O grupo social reafirma de maneira implícita e explícita a existência de um “instinto materno” que vincula a mulher, de forma inevitável à função de mãe (...) a mãe aparece como terna, aconchegante, amorosa, equilibrada, disponível, devotada e abnegada, delega às mães reais dois modelos: o das mães superprotetoras (que se deixa agir em função de suas próprias carências e não em função dos interesses e necessidades da criança; e o das mães ausentes ou relapsas (que são incapazes de se colocar suficientemente à disposição dos seus filhos)”.

Até o final do século 18, na sociedade burguesa, de acordo com Gherpelli (1999), a criança podia ser cuidada por qualquer outra mulher da família ou até mesmo pela ama-de-leite, caso fosse um filho da nobreza. Nesse caso, a criança ficava longe da mãe e recebia apenas visitas esporádicas. Em algumas sociedades promoveu-se um cuidado mais diligente com as crianças e, em outras, poucas atenções foram dadas à elas. (Badinter, 1985)

Analisando a ideologia familiar do século XVI, tanto Badinter (1985) quanto Ariés (1981) constataram não somente a pouca importância que as mães atribuíam as crianças, como também, que estas constituíram-se muitas vezes em verdadeiros transtornos para o pai. Esta indolência, foi observada por Rousseau, apud Badinter (1985) que comentou: “Só o desinteresse e a indiferença podem explicar tal atitude, a que até um período avançado do século XVIII não era realmente condenada pela ideologia moral ou social”. (p.143)

A negativa materna da amamentação, é um dos sinais mais evidente apontados por Badinter (1985) para caracterizar a rejeição aos filhos, principalmente numa época em que este gesto significava maior possibilidade de sobrevivência para a criança, devido a alta taxa de mortalidade existente.

Até o século XVI, o hábito de contratar amas-de-leite, se limitava exclusivamente às famílias aristocráticas mas, a partir do século XVII, este costume desdobra-se por todas as camadas da sociedade. “Dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou grandes cidades, a entrega dos filhos aos exclusivos cuidados de uma ama é um fenômeno generalizado”. (Badinter, 1985, p.67)

Segundo Maldonado (2001), esta atitude não era exclusiva das famílias carentes pois também as famílias abastadas demonstravam tal comportamento. Por volta dos séculos 15 e 16, havia um pensamento generalizado de que os filhos não precisavam ser cuidados por suas famílias. A criança não tinha, na Idade Média, a condição de ser humano, com direito a bons tratamentos.

Por outro lado, observa Badinter (1985):

“Os maridos, por sua vez, não deixaram de ter responsabilidade nessa recusa das esposas a amamentar. Alguns se queixam da amamentação pela mulher como de um atentado à sua sexualidade e uma restrição ao seu prazer. Outros demonstram clara aversão pelas mulheres que amamentam, com seu forte cheiro de leite e seus seios que ressumam sem cessar. Para eles, o aleitamento é sinônimo de sujeira. Um verdadeiro antídoto contra o amor”. (p.97)

Há, por esta época, um sentimento de total indiferença materna, que tão bem expõem Badinter (1985):

“O bebê é objetivamente um estorvo para os pais e podemos compreender que tenha sido entregue aos bons cuidados de uma ama mercenária até o desmame. Mas as mães não se limitam a isso, pois é a criança, seja qual for a idade, que rejeitam em bloco. Ela é um empecilho para a mãe não apenas na vida conjugal, mas também nos prazeres e na vida mundana. Ocupar-se de uma criança não é nem divertido, nem elegante”. (p.98)

Segundo a concepção das mães das classes abastadas da época, o sentimento de amor em relação aos filhos significava perda de tempo. As mães que pertenciam a classes inferiores, copiavam este modelo de comportamento das classes mais favorecida. “Mais valia

não fazer absolutamente nada do que dar mostras de se ocupar de coisas tão insignificantes”.
(Badinter, 1985, p.99)

De acordo com a autora, a compreensão deste comportamento exige a ressalva de que por essa época as tarefas maternas, não eram objeto de nenhuma valorização por parte da sociedade. As mulheres não obtinham, portanto, através da maternidade, nenhum retorno ou satisfação ainda que fosse essa sua função principal. Assim, provavelmente entendiam que para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternidade.

Os registros de sepultamento dos séculos XVII e XVIII, indica que o preço pago por esta indiferença foi bastante alto. Além do mais, o envio da criança para as casas da ama confirma que durante todo o tempo “os pais pareciam pouco se preocupar com a sorte do filho distante. Raramente o visitavam”. (Badinter, 1985, p.126)

O costume da época mandava ainda que a criança fosse afastada de casa por entre 8 a 10 anos de idade, para aperfeiçoar sua educação. Assim, da ama passa-se para a escola, local para livrar-se agora dos filhos. No século XVII, e sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais. Assim, tanto o filho do comerciante ou do artesão, como o do magistrado ou do aristocrata da corte, conhecerá uma solidão prolongada, por vezes a falta de cuidados e com frequência um verdadeiro abandono moral e afetivo:

“Nessa época, é inútil falar de amor materno nas classes abastadas. Pode-se, no máximo, evocar um senso do dever, em conformidade com os valores dominantes e próprios aos dos pais. Para a maioria deles, o dever consiste em suportar esses fardos divinos, cuja vinda era muito mal controlada. Pois embora no final do século XVIII os casais comecem a praticar uma certa forma de contracepção, a divina surpresa permanece mais freqüente do que se teriam desejado. Quando o filho nasce; não resta senão confiar na sábia natureza, que selecionará os melhores. O mínimo que se pode dizer é que a mãe não faz grande coisa para resistir à natureza, ou seja, no caso, para ajudar o bebê a lutar contra os imprevistos. Somos mesmo tentados a ver, nessa não interferência indolente, uma espécie de substituto inconsciente do nosso aborto”. (Badinter, 1985, p.137)

No final do século XVIII, ocorre uma espécie de revolução das mentalidades.

“A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar” (Badinter, 1985, p.145). Esta transformação dos costumes, segundo a autora, foi resultado de uma concepção de casamento que passou a ser o local privilegiado da felicidade. Sob esta nova concepção, caberá a mãe amamentar o seu filho, tornando-se os pais cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos.

Após 1760, o estado preocupado com a alta taxa de mortalidade infantil, passa a realizar inúmeras publicações, recomendando às mães cuidarem pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Impõem-se assim à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, dando origem ao mito do (...)” instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (Badinter, 1985, p.145). Mas, destaca a autora, não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos entretanto, neste século a exaltação do amor materno surge como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Igualmente nova é a associação das duas palavras, "amor" e “materno”, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. (Badinter, 1985, p.146)

Os casos de morte na primeira infância, decorrentes da precariedade da medicina e da habitação, contribuíam também para a desvalorização da figura da criança, que só passaram a ser importante quando ingressava no mundo adulto. (Gherpelli, 1999)

“O novo imperativo é portanto a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade”. (Badinter, 1985, p.146)

A criança neste contexto, conforme observa Badinter (1985, p.153) adquire um valor mercantil:

“Os economistas preocupados com a "riqueza das nações", os juristas, inventores do "direito natural", e sobretudo os médicos, que o microscópio e a dissecação emanciparam da autoridade dos Antigos e da religião, todos decidem que cada criança concebida deve poder nascer e viver nas melhores condições, porque os cuidados que recebe ainda pequenino determinam a saúde física e moral do adulto que ele se tornará. Esses cuidados dependem em primeiro lugar da mãe”.

Para operar esse salvamento, era preciso convencer as mães a se aplicarem às tarefas esquecidas e, conforme narra Badinter (1985, p.146):

“Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar os melhores sentimentos e a "dar novamente o seio". Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência (...) esta obediência ocorreu como resultado de um discurso da felicidade, ou seja, sendo boa mãe estava garantido a felicidade e o respeito”.

O amor materno, visto como dedicação total da mãe à criança, torna-se um valor de civilização e um código de boa conduta. Ele será celebrado com lirismo durante todo o século XIX. (Knibiehler 1999)

“Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana”. (Badinter, 1985, p.147)

Conforme explica Knibiehler (1999), durante o século XX, o Estado providência vai pouco a pouco tomando forma, e impõe-se ao lado do pai como co-gestor da família:

“Os abonos que ele institui, particularmente precoces e substanciais na França, onde os políticos pretendiam acabar com a diminuição dos nascimentos, têm por objetivo conseguir fazer com que os casais se casem cedo, gerem sem demora três a quatro filhos, a mãe permanecendo no lar para criá-los e o pai continuando a ser o único provedor dos recursos, tanto com o seu salário quanto através das facilidades oferecidas. O sistema parecia perfeito”.

Contrastando com o século anterior, a amamentação passa agora a constituir uma prova de amor, indicando a grande mudança ocorrida no comportamento materno e assim “o bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva e viva melhor, junto dela”. (Badinter, 1985, p.202)

A partir desta época ampliam-se as responsabilidades maternas. O amor materno não consiste apenas no fato da mulher amamentar o filho, “consiste sobretudo, em bem educá-lo. Ora, a verdadeira educação é a mãe quem deve dar”. (Badinter, 1985, p.256)

Desta forma, destaca a autora, nos séculos XIX e XX, a mãe passou a ser a mentora por excelência e, em função disto forma-se toda uma ideologia do seu devotamento e sacrifício. Na primeira metade do século XX, o apelo do trabalho feminino, demandado pela situação econômica, proporcionou a culpa do sentimento materno.

Segundo explica Almeida (2000), para as mulheres, a situação de inferioridade em que viviam no espaço privado, estendeu-se ao espaço público, tendo como agravante as dificuldades do meio familiar representadas pela dupla jornada de trabalho e o cuidado com a família. Assim, se, por um lado, existia o desejo de serem esposas e mães, por outro lado, o anseio de fazer parte da população economicamente ativa, significava deixar o primeiro espaço ao abandono. Paralelo a esta necessidade de trabalharem fora, ocorreram os movimentos de liberação da mulher que, dentre outros questionaram o exercício da maternidade como o único destino feminino.

“Assim, a reivindicação pela descriminalização/legalização do aborto, a expressão de anseios de realização individual fora do lar, o chamamento do homem para o exercício da paternidade são sinais importantes da construção de um novo papel de mulher adulta, no qual “o filho não é só da mulher como a mulher não é só do filho”. (Almeida, 2000)

A mudança no papel das mulheres trouxe outras conseqüências. No início do século XX, o pai ausente era encarado simplesmente como um problema material. A necessidade da presença paterna para as crianças, assim como a dos homens em relação aos seus filhos, não eram alvo de atenção. Só recentemente a ausência paterna foi reconhecida

como questão em termos emocionais e de identidade. Observa-se assim, segundo Sandin (1999), que a transformação do papel masculino foi, pelo menos em parte, consequência da crescente participação das mulheres no mundo do trabalho. A nova identidade masculina teve que ser definida levando-se em conta sua relação com os filhos. O pai ausente adquiriu um novo significado: deixou de ser um problema de cunho econômico para transformar-se em dilema emocional.

Os novos papéis assumidos pela mulher através da entrada e participação na esfera pública, exigiu a reorganização do espaço privado, no lar. Estas modificações foram acompanhadas de pesquisas que questionaram a presença da mãe, como única no desenvolvimento infantil, desencadeando entre outros a valorização do pai no cuidado do filho pequeno. (Amann-Gainotti 1984, apud Knibiehler, 1999)

As representações sociais acerca da maternidade e paternidade, de acordo com Trindade (1999), estão intrinsecamente relacionadas às representações de gênero que produzem as diferentes formas de interpretar o masculino e o feminino e que, ao mesmo tempo, evidencia falhas nas crenças das diferenças biológicas entre os sexos.

2.4 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

2.4.1 Características Gerais

Neste capítulo aborda-se brevemente alguns aspectos do desenvolvimento infantil, visando apenas apresentar uma idéia da preocupação dos diferentes pesquisadores nesta área.

Tiedemann, foi o precursor do desenvolvimento físico e psicológico da criança durante os primeiros dois anos de vida (Kessen et al., 1975). Por volta dos séculos XVIII e XIX, após o trabalho de Darwin sobre os princípios da evolução natural, iniciou-se as pesquisas mais sistemáticas, sobre o desenvolvimento da criança. Gesell fez contribuições importantes para a metodologia e conhecimento da área de desenvolvimento humano, ao descrever a mudança regular e as características do comportamento de algumas crianças de acordo com a idade. (Baldwin,1980)

Freud, enfatizou a importância dos estudos voltados ao passado, para obter informações a respeito da primeira infância (Kessen et al., 1975). Piaget, envolveu-se com os estudos sobre o desenvolvimento dos processos de pensamento da criança. Bowlby, contribuiu com os estudos sobre o apego e os efeitos da separação precoce do bebê e a mãe. (Kessen et al., 1975)

No final dos anos cinquenta e início dos sessenta, algumas técnicas permitiram descobertas significativas sobre a percepção e a cognição das capacidades dos recém-nascidos. Vários estudos sobre o comportamento do recém-nascido (R.N.), mostram que eles possuem uma capacidade perceptual e social mais precoce do que se imaginava (Dunn,1981). Apesar do desenvolvimento ocorrer com uma mesma seqüência, existem diferenças individuais que dependem de fatores sociais, culturais e das experiências internas e externas do indivíduo.

O desenvolvimento é definido por Bee (1984) como as mudanças nas estruturas físicas e neurológicas, cognitivas e comportamentais, relativamente duradouras e ordenadas, que ocorrem no indivíduo ao longo de sua existência. O desenvolvimento é um processo contínuo, que se dá numa seqüência ordenada. Assim, destaca Gesell (1992), a medida que a criança cresce, as suas capacidades aumentam, progredindo das reações mais simples e imaturas para as mais complexas, num modelo de espiral ascendente.

Atualmente, reconhece-se que o desenvolvimento humano ocorre durante a vida inteira. Cada período do ciclo de vida, é influenciado pelo que ocorreu antes e irá afetar o que virá depois. O desenvolvimento influencia e é influenciado pelo contexto histórico e social da pessoa. (Baltes, 1987)

A compreensão do desenvolvimento como processo de mudança, se constitui um dos pontos centrais das idéias de Piaget e Vygotsky. Os autores incluíram em suas análises, os processos de mudança, aquisições ou produtos do desenvolvimento, como etapas, estágios, ou habilidades que surgem ao longo do tempo. (Lyra, 2000)

Jean Piaget (1896-1980) considera que o desenvolvimento psíquico, caracteriza-se por um processo de equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio, para um estado de equilíbrio maior e resultava da interação entre as mudanças de caráter maturacional e da experiência. Considera que a maturação, a experiência do meio físico e a ação do ambiente social, desempenham um papel no desenvolvimento da inteligência. O desenvolvimento cognitivo inicia-se pela instabilidade e incoerência relativas das idéias infantis, chega à sistematização do raciocínio adulto, através de ações interiorizadas, executadas mentalmente (associar, ordenar, seriar), o conhecimento está constantemente ligado às ações ou as operações que provocam transformações.

Piaget descreveu três processos, através dos quais as mudanças evolutivas aconteceriam: assimilação, acomodação e equilibração, que consistem nos processos autorreguladores do comportamento e da cognição. Enfatizou que estes processos, presentes durante toda a vida, impulsionariam o desenvolvimento através de uma seqüência invariável de estágios no desenvolvimento da lógica na criança. Posteriormente surgiu a teoria do processamento das informações para explicar o desenvolvimento cognitivo, baseando-se no princípio de que a inteligência é o resultado da assimilação das estratégias subjacentes à atividade cognitiva.

Ribas & Moura (1999), consideram que a gênese de processos característicos do desenvolvimento cognitivo, tais como: conhecer o mundo, seus objetos e eventos, conhecer o outro, aprender a interagir, aprender a regular comportamentos, aprender a dar significado às situações, se dá nas interações mãe-bebê, desde fases precoces do desenvolvimento.

2.4.2 Desenvolvimento das Percepções

Os processos perceptivos, desempenham um importante papel no desenvolvimento das habilidades cognitivas infantis, pois estão presentes em quase todas as tarefas que ela realiza.

Muitas capacidades básicas parecem ser inatas e desenvolvem-se nos primeiros anos de vida, de acordo com a maturação do sistema nervoso central. Mas experiências são necessárias para que a criança aprenda a fazer discriminações e desenvolver os padrões perceptivos fundamentais. Portanto, tanto a natureza biológica quanto o ambiente estão envolvidos neste processo. (Bee, 1984)

A maioria das habilidades sensoriais básicas, já existem, pelo menos de forma rudimentar, no recém-nascido. Os aspectos essenciais do sistema auditivo estão bem desenvolvidos algumas semanas após o nascimento, e mesmo antes do nascimento, os bebês prestam atenção a padrões auditivos complexos e os diferenciam. São capazes de diferenciar a voz da mãe de outra voz feminina, preferindo a da mãe. (Decasper & Spence, 1986)

Sua acuidade auditiva é bem melhor do que a visual, devido a imaturidade anatômica do olho que é responsável pelas suas limitações visuais, mas progride rapidamente nos primeiros seis meses de idade. A capacidade do bebê perceber objetos e superfícies em três dimensões, dependem do seu desenvolvimento motor, pois sua atenção visual é dirigida para o local onde os objetos estão no seu mundo. (Bee, 1984)

Segundo Piaget (1978), a compreensão de que o objeto ou pessoa existe mesmo quando está fora de vista, começa aos dois ou três meses e está completamente desenvolvido por volta dos 10 meses de idade. Aos seis meses melhora a capacidade de acuidade visual, permitindo a percepção de objetos a longa distância. A criança interessa-se nesta época pelas mudanças de tamanho e de orientação espacial dos objetos. Percebem as cores do mesmo modo que o adulto. Começam a perceber a profundidade e usam da memória sobre o verdadeiro tamanho dos objetos, podendo agora inferir características sobre os objetos do mundo exterior. (Bee, 1984)

Além das capacidades perceptivas inatas, habilidades visuais são adquiridas por meio da experiência da criança, ocorrendo mudanças nas diferentes idades, desempenhando um papel importante no desenvolvimento cognitivo e no processo de aprendizagem. No decorrer de suas experiências as crianças adquirem uma série de regras em relação aos objetos que a cercam. Entre elas, a constância perceptual de objeto. As constância perceptivas como constância de tamanho, constância de brilho e constância de forma estão presentes aos quatro meses, pelo menos de forma rudimentar e as crianças vão se tornando mais hábeis durante os primeiros anos de vida. (Bee, 1984)

A medida que a criança cresce, suas regras passam a ser aplicadas de modo mais flexível, explorando o mundo dos objetos mais sistematicamente e intencionalmente, adaptando-se ao ambiente (Bee, 1984). Para Csillag (1990) esta capacidade do bebê em adaptar-se e responder às características do ambiente, faz com que o estado comportamental manifesto seja considerado como uma medida da integridade do sistema nervoso central.

De acordo com Bee (1984, p.129):

“O bebê precisa realizar algum processo básico no desenvolvimento perceptivo antes que possa se ligar afetivamente por completo. Mas, uma vez que atinja este estágio, uma ligação afetiva segura pode ajudar no desenvolvimento posterior do conceito do objeto”.

Além de seu rápido crescimento e desenvolvimento em suas habilidades motoras, de coordenação e de linguagem, um dos aspectos mais interessantes é a evolução da criança no seu relacionamento com o ambiente e com as pessoas com as quais convive.

Em seus primeiros meses de vida, o bebê ainda não percebe a diferenciação entre o seu corpo e as demais pessoas e objetos. Durante este período, a criança supõe que todas as suas necessidades são supridas por ele mesmo, não distinguindo a mãe e outros objetos como distintos de seu próprio organismo e até mesmo o seio materno é visto como parte de si mesmo. Mas progressivamente esta característica vai sendo alterada e a realidade externa começa a ser definida pela criança, sendo a face humana o objeto principal desta identificação.

Ultrapassados os primeiros três meses, onde há uma espécie de reconhecimento inicial entre o bebê e seus pais, a criança começa a aprimorar sua comunicação social, observa-se grande interesse a face das pessoas. Evolui também o seu processo de diferenciação entre o seu mundo interno e o externo, que vai ser de grande ajuda para o bebê consolidar a sua conceituação de que existem objetos e pessoas que não fazem parte de seu próprio corpo.

Em relação às áreas motora e de coordenação, ocorrem significativos avanços. Seus membros superiores e inferiores tornam-se mais flexíveis permitindo maior mobilidade. Seus braços já podem deslocar-se em busca de objetos, segurando-os e levando-os à boca para explorá-los, inicialmente de uma forma um tanto desajeitada e utilizando ambas as mãos. Com frequência levará os pés até a boca e descobrirá outras partes de seu corpo, adquirindo dados para a formação de sua imagem corporal.

O bebê sente prazer em emitir e ouvir seus próprios sons e é capaz de passar grande parte do tempo neste exercício. Neste período, o bebê, agora mais capacitado, inicia seu processo de exploração do ambiente, e para isto utilizará seus olhos, mãos, pernas e boca.

A percepção de uma realidade externa torna-se cada vez mais clara e o bebê começa a entender as demais pessoas e objetos, como algo fora dos limites de seu próprio corpo. Em consequência o bebê modifica o seu comportamento, começando a estranhar aquelas pessoas com as quais não está familiarizado.

Outros marcos importantes deste período são a conquista do sentar sozinho e a da possibilidade de movimentar-se pelo ambiente sem ajuda. Em consequência de conseguir permanecer sentado sem necessidade de usar as mãos como apoio, estas ficam mais livres para desempenharem outras funções importantes, como explorar objetos e brinquedos que estiverem ao alcance, segurando-os com mais habilidade e passando-os de uma mão para a outra.

A possibilidade de engatinhar ou arrastar-se, amplia de forma significativa o universo do bebê, embora nem todos se utilizem deste método para se locomoverem. A

criança demonstra grande interesse pelo que ocorre ao seu redor e pelos objetos que encontra. É extremamente ativa, mudando de posição e atividade freqüentemente. (Anexo 2)

2.4.3 Desenvolvimento Emocional

Estudos clínicos revelam que a atmosfera familiar, também está relacionada com o ajustamento emocional. Se for intenção estudar os processos de interação familiar e sua influência sobre a criança, não é suficiente restringirmos à análise de uma díade; é necessário estabelecer o conjunto total de relações que se dá entre os diferentes membros da família (pai, mãe, irmãos).

Drouet (1995), constatou que o relacionamento entre pais e filhos, depende muito do clima emocional que se estabelece em um lar e que para se obter um bom clima emocional é preciso que haja harmonia do casal e tratamento igual, dispensado a todos os filhos.

Celidônio (1998), afirma que muitas crianças que poderiam ter um relacionamento sadio, no entanto, por diferirem daquilo que delas esperavam seus pais, surgem conflitos que pode levá-la ao sentimentos de decepção e fracasso diante destas expectativas.

Para Mussen et al. (1977), a influência do lar é sumamente importante para o crescimento emocional da criança, dada a importância das primeiras experiências. Se estas

forem saudáveis, a criança terá segurança, fará uma avaliação realista do seu valor, de suas forças e de suas limitações. Aceitará a si mesma pelo que é, e estando livre de angústia, poderá empregar construtivamente suas energias a fim de solucionar problemas.

Mouly (1970), atribui à primeira infância, a tarefa indiscutível de criação da segurança emocional. Enfatiza que a criança precisa ser educada num ambiente emocionalmente estável e consistente, no qual tenha experiência de aceitação e amor incondicionais. Sob tais condições, pode exprimir seus sentimentos sem medo e sem culpa, de forma que não existe necessidade de fuga, repressão, hostilidade ou ressentimento. Quanto mais jovem a criança, maior sua necessidade de segurança. O autor relata que verificaram diferenças nítidas de personalidade, ligadas ao tratamento emocional recebido durante a primeira infância. Acredita que o tratamento afetuoso conduza ao desenvolvimento de uma personalidade desembaraçada, generosa e confiante, enquanto as crianças criadas na atmosfera fria de orfanatos são, freqüentemente, frias e incapazes de ligações emocionais intensas.

2.4.4 Interações sociais

A interação social da criança com um adulto, vem sendo concebida como uma importante instrumento do desenvolvimento cognitivo por diversos autores, principalmente pelos estudiosos da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, que inclui em suas análises o papel mediador da mãe na promoção do nível cognitivo da criança.

Sob essa perspectiva, considera-se o desenvolvimento como um processo de co-construção social, através de transformações e apropriações culturais pelas partes interagentes, baseando-se na ação recíproca da co-construção e da bidirecionalidade e na consciência de que as transações implícitas e as representações individuais e sociais influenciam a interação. (Piccinini et al., 2001)

Carvalho (2000), define interação como eventos discretos, caracterizados por trocas entre os indivíduos, em um período limitado de tempo. O comportamento envolvido nesse nível pode ser analisado em termos do conteúdo (o que eles estão fazendo?), e da qualidade (como estão fazendo?). Por outro lado, considera a autora importante analisar, não só as influências do meio no qual os indivíduos vivem, mas também a história de suas interações passadas, bem como suas percepções sobre o comportamento do outro e a conduta mais apropriada para a situação.

As interações ocorrem em ambientes sociais e historicamente organizados, modificados mediante as crenças de cultura, das quais se apropria através das experiências anteriores. Assim, cada pessoa interage com a criança e organiza seus ambientes, conforme as representações e expectativas que tem sobre ela, sobre seu desenvolvimento e sobre seu próprio papel com relação a ela.

É através da mediação do meio, que a criança vai se construindo, bem como, constrói a sua relação com o mundo. A criança atua nesse processo como um sujeito ativo, desempenhando um papel importante nas interações. Neste contexto, a criança influencia e é influenciada pelo meio, transformando-o, re-significando-o, numa construção mútua, onde, tanto a criança, como o adulto, desenvolvem-se. (Vygotsky, 1994)

As evidências relativas ao desenvolvimento inicial vem despertando o interesse por um modelo bidirecional, caracterizado pela ênfase na reciprocidade e na adaptação mútua entre os parceiros. (Bruner, 1996, apud Piccinini et al., 2001)

As pesquisas sobre a gênese da interação social como constitutiva do desenvolvimento, são orientadas pelos pressupostos e perspectiva sociocultural de tradição vygotskiana (Cole, 1998; Rogoff & Chavajay, 1995, apud Piccinini et al. (2001), a qual possui a seguinte definição de interação:

"O início de uma interação é caracterizado por um dos parceiros dirigir um comportamento social (atividade) em relação ao outro e ser respondido por ele com um comportamento social (atividade), num intervalo de 5 segundos. O fim do episódio de interação é caracterizado por um ou ambos os parceiros deixarem de dirigir comportamentos sociais (atividades) em relação ao outro por um intervalo de tempo maior que 5 segundos". (Ribas & Moura, 1999, p. 19-20).

Conforme assinalam Piccinini et al. (2001), nos últimos anos a análise da qualidade da interação mãe-bebê envolvem, de alguma maneira, o conceito da bidirecionalidade da interação. "Mais recentemente, passou-se também, a examinar as verbalizações parentais sobre a interação com o bebê, buscando compreender o significado particular e subjetivo que cada bebê e seus comportamentos tem para seus pais".

"Com bebês nos primeiros três meses de vida temos examinado a interação através da incidência dos comportamentos do bebê (Ex.: vocaliza, chora/agitado, olha para mãe, alerta/quieto, sonolento/dorme, comportamentos involuntários) e da mãe (Ex.: interpreta/fala pelo bebê, responde à vocalização ou choro do bebê, fala pelo bebê, olha o bebê, sorri para o bebê, embala/aconchega o bebê, acaricia o bebê, estimula o bebê, posiciona face-a-face o bebê) em interações livres e situação de banho na residência da família".

Após o nascimento, de acordo com os autores, as metodologias tem se preocupado em investigar os sentimentos sobre o parto e o bebê , o jeito de ser da mãe/pai, o temperamento do bebê, participação de cada genitor nos cuidados do bebê, entre outros.

“As interações precoces podem ser analisadas a partir de situações diversas, como a observação direta em situação natural (Bick, 1968), a observação clínica em consulta terapêutica (Mazet & Stoleru, 1990), as técnicas estruturadas como roteiros de entrevista (Entrevista "R" de Stern, Robert-Tissot, De Muralt & Cramer, 1989), os questionários específicos (Symptom Check-list de Robert-Tissot, 1989), a aplicação de escalas de desenvolvimento (Escala do Desenvolvimento do Comportamento da Criança no Primeiro ano de Vida, Batista Pinto, Vilanova & Vieira, 1997), as situações controladas (Kia Profil de Stern, Robert-Tissot, De Muralt & Cramer, 1989) e outras. Para o registro das interações o vídeo tem-se mostrado uma forma eficiente, que favorece diversos tipos de análise e a memória para posterior recuperação dos dados”. (Acoca Trigano, 2000, apud Piccinini et al., 2001)

2.4.4.1 Interações iniciais e a importância do apego no desenvolvimento

O apego é definido por Bee (1984), como uma variação do vínculo afetivo, onde existe a necessidade da presença do outro e um acréscimo na sensação de segurança na presença deste. No apego o outro é visto como uma base segura, a partir da qual o indivíduo pode explorar o mundo e experimentar outras relações.

A autora distingue ainda a ligação afetiva e comportamento de ligação afetiva. O primeiro, refere-se ao desejo de manter contato com uma pessoa específica. O segundo, são as várias coisas que fazemos para estabelecer ou manter contato, como sorrir, chegar perto da pessoa, tocá-la, chorar e estabelecer contato visual. (Bee, 1984, p.272)

Bee (1984), usa o relacionamento pais e filhos, para demonstrar a diferença entre apego e vínculo afetivo. A autora considera o sentimento do bebê em relação a seus pais como um apego, na medida em que ele sente nos pais a base segura para explorar e conhecer o mundo à sua volta. O sentimento dos pais em relação ao filho é mais corretamente descrito por vínculo afetivo, já que os pais não experimentam um aumento em seu senso de segurança na presença do filho, e tampouco o filho tem para os pais a característica de base segura.

Kennell & Klaus (1998, p.12), igualmente referem o termo vínculo à ligação emocional dos pais em relação ao filho, apego em geral é usado para a ligação da criança aos pais. Segundo os autores, “um vínculo pode ser definido como um relacionamento único entre duas pessoas que é específico e persiste ao longo do tempo”.

Os primeiros estudos sobre a relação entre as mães e seus filhos foram realizados em 1964 por Rene Spitz, que estudou o comportamento de crianças separadas dos pais em instituições, evidenciando que o processo de "modelagem" consiste numa série de intercâmbios entre dois parceiros, a mãe e a criança, que se influenciam reciprocamente.

Mais recentemente, John Bowlby (1990), estudou os efeitos da privação da figura materna para a saúde mental das crianças. De acordo com o autor, essa ligação faz parte de um sistema de comportamento que serve de proteção da espécie, já que, nesta concepção os bebês humanos são indefesos e incapazes de sobreviver sozinhos por um longo período de tempo, ou como explicam Piccinini et al. (2001):

“Segundo a concepção etológico-evolucionária da teoria do apego, o neonato nasce com certas tendências instintivas (comportamentos de sugar, mamar, agarrar-se, seguir com os olhos e chorar), cuja função é chamar a atenção da mãe e estimular uma resposta materna”.

Deste modo, o apego dos bebês às suas mães ou aos responsáveis pelos seus cuidados é o que possibilita a sobrevivência da espécie (Bowlby, 1990). Para este autor, o vínculo mãe-bebê emerge e é consolidado durante primeiro ano de vida, assim, a interação mãe-recém-nascido é fundamental para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Wendland (2001), estudos têm mostrado que tanto dificuldades ligadas ao contexto (familiar, cultural, sócio-econômico) quanto a presença de problemas físicos ou mentais no bebê ou em sua família tendem a repercutir negativamente nas interações pais-bebê. Em consequência, podem-se observar não somente perturbações da relação ou do vínculo afetivo mas também a presença de problemas psico-funcionais no bebê.

Alguns autores sustentam a idéia de que os primeiros dias, talvez mesmo as primeiras horas depois do nascimento, representem um período sensível, onde a mãe está particularmente apta a constituir um elo de ligação com seu filho. A durabilidade deste contato é, de acordo com Bee (1984) surpreendente. Nesta mesma linha de pensamento Mazet & Stoleru (1990), apud Gandra & Farias (2000), citam um estudo cujos resultados apresentaram diferenças importantes quanto ao desenvolvimento de comportamentos de apego, quando foram comparados dois grupos de pares mãe-filho que diferiam quanto à quantidade de contato nos primeiros dias pós natais. O grupo que havia tido maior contato demonstrou, posteriormente, comportamentos de apego melhor estabelecidos que o grupo de menor contato.

Também Anisfeld (1983), apud Kennell & Klaus (1998), observaram que as mulheres que tiveram contato ininterrupto com seus bebês durante as primeiras horas pós-parto, mostraram um comportamento mais afetivo quando foram comparadas com outras mulheres que tinham sido separadas por várias horas de seus bebês, depois do nascimento. Bowlby (1990), considera que o estabelecimento de um modelo de apego seguro ou inseguro, fornece a base para a formação de um modelo funcional interno a partir da qual, o indivíduo vai ver o mundo e a si própria.

Ainsworth et al. (1978), apud Gandra & Farias (2000), desenvolveram um experimento para identificar padrões de apego, em crianças entre 12 e 18 meses e reconheceram três padrões diferentes:

□ Apego seguro: As crianças classificadas nesta categoria demonstraram ser ativos nas brincadeiras, buscar contato com a mãe após uma separação breve e serem confortadas com facilidade, voltando a se envolver em suas brincadeiras;

□ Apego inseguro/esquivo: nesta classificação, incluiu aquelas crianças que após uma breve separação da mãe, evitou se reunir a ela quando de sua volta;

□ Apego inseguro/resistentes: essas crianças demonstraram, na situação experimental uma oscilação entre a busca de contato com sua mãe e a resistência ao contato com esta, além de terem se mostrado mais coléricos ou passivos que as crianças com os padrões de apego anteriormente descritos

Osofsky & Danzger (1974), avaliam a relação entre as características neonatais e a interação mãe-bebê, durante a alimentação e mostram que o comportamento da mãe e do bebê, seguem caminhos lógicos. A atenção da mãe tende ter a responsividade do bebê e vice-versa. Assim, existe relação consistente entre padrões gerais e específicos da estimulação materna e o comportamento do bebê.

Brazelton (1988), apud Gandra & Farias (2000), descreve o vínculo afetivo entre pais e filhos como um processo contínuo que se inicia na gestação e vai se formando na medida em que as interações vão ocorrendo.

Alguns autores como Kenell & Klaus (1998), assinalaram que a amamentação contribui para aumentar o vínculo entre pais e bebês. Mazet & Stoleru (1990), apud Gandra & Farias (2000), consideram a amamentação como modalidade interativa

essencial que pode ser observada em recém nascidos de poucos dias de vida através da amamentação. Já outros, como Field (1977), apud Bee (1984, p.76), acreditam que a interação mãe-bebê, não parece ser afetada pelo tipo de amamentação, e concluíram:

“Os bebês que tomam mamadeira são seguros e acariciados da mesma forma e suas mães são tão sensíveis e responsivas a eles quanto as mães que amamentam no peito (...) os bebês amamentados no peito quanto na mamadeira realizavam esses diálogos igualmente bem”.

É por volta dos 8 meses de idade, que os primeiros comportamentos de apego são identificados, tomando por base as reações do bebê de mudar as expressões faciais de riso para um semblante mais sério, de chorar, agarrar-se à mãe, etc.. quando um estranho se aproxima e tenta interagir com ele.

A ligação afetiva mais intensa normalmente ocorre durante o período de 6 a 12 meses, depois disso, a maioria dos bebês amplia essas ligações, aos irmãos mais velhos, pais, babás regular, avós ou outros adultos que vejam regularmente. Essas ligações afetivas parecem ter a mesma qualidade da ligação específica anterior; a criança usa todos os seus adultos preferidos como uma base de segurança para a exploração, sorri mais para eles e os busca para encontrar conforto quando perturbada. (Bee, 1984, p.278)

Também para Kennell & Klaus (1998), o apego ou vínculo dos pais com o bebê, começa durante a gravidez e aumenta um pouco após o nascimento. De acordo com os autores:

“O vínculo daqueles que cuidam, geralmente mãe e pai, com a criança é crucial para sua sobrevivência e desenvolvimento. O poder deste apego é tão

grande que obriga mãe e pai a fazerem todos os sacrifícios necessários para cuidar de seu bebê – atender ao choro, protegê-lo do perigo e alimentá-lo no meio da noite, apesar de sua própria necessidade desesperada de dormir”.

(p.12)

Estes sentimentos fazem parte desse período que Brazelton (1988), apud Gandra & Farias (2000), chama de preparação da energia emocional dos novos pais para apegar-se ao bebê. Winnicott (1993) nos chama a atenção para a capacidade das mães em dedicar a seus filhos, no momento em que este precisa toda a atenção, suprimindo suas necessidades de alimentação, higiene, acalanto ou no simples contato sem atividades, que cria condições necessárias para que se manifeste o sentimento de unidade entre duas pessoas.

Na medida em que a criança cresce e ganha autonomia pelo desenvolvimento do seu sistema motor, sistema de locomoção, o desenvolvimento da fala dentre outros, inicia seu processo de socialização. A frequência na pré escola tende a ampliar as possibilidades de novos vínculos afetivos. Este tipo de comportamento pode tornar o comportamento de apego à mãe menos visíveis, a ansiedade de separação diminui, pois a criança passa a compreender a continuidade do relacionamento com sua mãe, mesmo na ausência desta.

O padrão inicial de apego seguro, parece favorecer nas crianças uma maior autoconfiança e competência social. Bowlby (1990), como Winnicott (1987), evidenciam que pessoas vítimas de privação quando pequenas, possuem características peculiares como: relacionamento superficial, falta de reação emocional, inacessibilidade, falta de reação emocional, falta de concentração na escola, furtos, falsidade e evasão. A criança torna-se incapaz de estabelecer vínculos com as pessoas, e a partir dessa incapacidade é que surgem os problemas emocionais.

De acordo com Winnicott (1987), a capacidade de envolvimento é uma característica bastante relevante na vida social, tornando interessante conhecer a origem do envolvimento e em que momento do desenvolvimento emocional infantil ele surge. Ressalta ainda conhecer sobre a ausência de estabelecimento desta capacidade e mesmo a perda desta, quando ela foi anteriormente estabelecida.

A teoria de Winnicott (1987), é de que o envolvimento surge na vida do bebê como uma experiência extremamente complicada, onde a criança realiza a integração da mãe-objeto com a mãe-ambiente. O ambiente deve ser provedor, isso é muito importante, apesar de o bebê estar iniciando a sua capacidade de ter a instabilidade interior ligada ao desenvolvimento da independência.

Para Trevarthen (1984), a comunicação pré-verbal humana se desenvolve com base num sistema inerente, que diferencia as pessoas de objeto e permite ao bebê engajar-se em interação afetiva com as pessoas desde o nascimento. Diferentes bebês evidentemente partilham um código comum de afeto, mas adotam estratégias diferentes nas suas relações com as mães, assim como as mães empregam uma variedade de estratégias, na tarefa de se comunicarem e cuidarem dos seus bebês.

O tom de conversação utilizado pela mãe também parece modificar-se ao longo do tempo. Grieser & Kuhl (1988), destacam o uso de um tipo de conversação especial dirigido aos bebês, que tem uma entonação especial e apresenta simplificação semântica e sintática denominado por alguns autores de *motherese*. Bornstein & Tamis-LeMonda (1990), observaram que quando as mães lidam com bebês aos dois meses de idade, falam mais em

motherese. Já aos cinco meses de idade do bebê, modificam sua forma de falar, reduzindo o uso do tom infantil e aumentando o uso do tom de conversação adulto. Deste modo, o sistema de comunicação mãe-bebê guarda limites e possibilidades culturalmente construídos que são inerentes a diferentes níveis da história cultural. (Ribas & Moura, 1999)

Estudos teóricos vêm sendo conduzidos com o objetivo de promover a articulação e integração num modelo mais amplo de desenvolvimento, no contexto sociocultural de evidências empíricas sobre o desenvolvimento infantil inicial e a interação mãe-bebê, desenvolvimentos conceituais relativos às noções de zona de desenvolvimento proximal (Vygotsky, 1984), zona de construção (Newman, Griffin & Cole, 1989) e atividade mediada. (Ribas & Moura, 1999)

A tradição sociocultural reconhece, explicitamente, o papel fundamental do meio na construção das aquisições do desenvolvimento. Assim, a comunicação, desde o início da vida, é um sistema de relações sociais inserido no ambiente sociocultural específico do sujeito. O desenvolvimento da comunicação é portanto, concebido como um processo histórico formado a partir da reorganização das relações implicadas no sistema que compõe as trocas comunicativas.

Segundo Moura & Ribas (2000), pelas características do bebê, as interações mãe-bebê parecem envolver, inicialmente, uma intersubjetividade primária e, portanto, caracterizam-se pelo estabelecimento das trocas face-a-face.

Baseando-se na terminologia de M. Bornstein e colaboradores, considera-se este tipo de interação como de domínio social (Bornstein & Tamis-Lemonda, 1990; Bornstein et al., 1995, apud Moura & Ribas, 2000)

De acordo com as autoras:

“A partir do segundo ou terceiro mês de vida do bebê, estas interações se transformam no sentido de uma intersubjetividade secundária (Trevarthen & Hubley, 1978), caracterizando-se pela incorporação progressiva de artefatos do contexto, trazidos pela mãe, a partir de pistas do bebê ou de seu próprio interesse. Este tipo de interação tem sido caracterizada como sendo de domínio didático (Bornstein, Maital, Tal & Baras, 1995), já que a troca inclui uma propriedade, evento ou objeto no ambiente, abrindo-se para o contexto em que se dá a interação”.

No estágio seguinte, denominado de domínio didático pelas autoras, as trocas interpessoais começam a ser mediadas e o bebê reconstrói e internaliza gradualmente elementos de mediação de sua própria atividade.

2.4.4.2 Amamentação e Vínculo Afetivo

Um dos achados mais significativos neste período, segundo Kennell & Klaus (1998), relaciona-se à amamentação. Para Vinha (1983), a amamentação materna é antes de tudo, uma questão de entendimento entre mãe e filho. Por isso que quando a própria mãe amamenta seu filho, tem a vantagem de se aproximar dele.

“Seis de nove estudos revelaram que quando se permite contato precoce com o bebê e oportunidade para mamar na primeira hora de vida e depois permanência em alojamento conjunto, uma mulher que deseja amamentar é mais bem sucedida do que aquelas que não passam por esta experiência”. (Kennell & Klaus, 1998, p.13)

Explicam os autores acima que, quando o bebê suga o peito, há uma efusão de 19 diferentes hormônios gastrointestinais, tanto na mãe quanto no bebê, incluindo colecistoquinina e gastrina que estimulam o crescimento das vilosidades intestinais de ambos e aumentam a superfície e a absorção de calorías a cada mamada. Os estímulos para esta liberação, são os toques dos mamilos da mãe e do interior da boca do bebê. Estes autores comentam ainda que, a dilatação do canal cervical durante o parto, libera ocitocina intracerebral que, agindo sobre os sítios receptores, parece ser importante para o comportamento materno e para a facilitação do vínculo mãe-filhote.

A notável mudança no comportamento materno apenas com o toque dos lábios do bebês sobre o mamilo; a redução do abandono mediante o contato precoce, a sucção, o alojamento conjunto e níveis aumentados de ocitocina materna, logo após o parto em conjunção com os conhecidos mecanismos sensorial, fisiológico, imunológico e comportamental contribuem para a criação do vínculo entre os pais e o bebê. (Kennell & Klaus, 1998, p.15)

Eibl-Eibesfeldt (1989), apud Carvalho (2000), verificou que há uma fase sensível imediatamente depois do parto, durante a qual um contato intensificado da mãe com o bebê aumenta a prontidão de aceitação desta mãe, o ajustamento da díade e a prontidão interacional do bebê. A amamentação ocorre mais cedo nos grupos de contato intenso, e ao

final do primeiro mês, este grupo difere significativamente dos de controle quanto à quantidade de amamentação e de atração emocional; este último traço ainda é evidente dois anos depois.

O bebê precisa encontrar-se em um ambiente de serenidade, sem muitos estímulos externos, bem adaptado e confortável ao colo. É bom que se observe se ele engole ao sugar o seio, se suga bem, entre outros cuidados. As necessidades fisiológicas básicas precisam ser satisfeitas e um clima afetivo favorável precisa ser estabelecido. É importante que a mãe faça com que o bebê a olhe no rosto, que ela cante para ele enquanto lhe dá o peito ou mesmo a mamadeira. Isso pode caracterizar o início da atividade social perceptiva e emocional do ser humano.

É essencial também, para o sucesso da amamentação, a participação do pai, quando este é a favor do aleitamento materno, o sucesso da amamentação aumenta consideravelmente, adiciona Carvalho (1997) e Martins (1984).

2.5 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PATERNIDADE

Comparado a outros temas, o da paternidade tem sido pouco explorado, cotejando-se aos estudos sobre a mãe, reforçando-se a idéia de que os cuidados com os filhos, seja uma atribuição exclusivamente materna.

De certa maneira, a maternagem se mantém atrelada a um aspecto biológico e a paternagem define-se social e culturalmente e aparece desvinculada do processo reprodutivo. Talvez por isso, exista na nossa sociedade, um consenso geral de que a demonstração de afeto e os cuidados do bebê sejam contra o conceito de masculinidade.

Martínez (1999), diz que a explicação para tal fato, pode encontrar justificativa nos postulados de Pichón-Riviere (1985), que considera existir um imaginário social constituído por idéias, imagens e estereótipos sobre o exercício da paternidade que são compartilhadas com certa homogeneidade pelas pessoas. Segundo o autor, o imaginário, ou seja, as imagens concebidas historicamente, são depositadas no indivíduo através de normas éticas e morais, que são acatadas e determinam a forma de comportamento.

Esta relação segundo o autor, é o resultado da mediação exercida pelas adaptações individuais das pessoas diante as normas sociais estabelecidas ou a margem do que é sócio-culturalmente imposto (Pichón-Riviere, 1985, apud Martinez, 1999). Para Snyder et al. (1997), apud Martinez (1999), neste processo se "naturalizam" qualidades e atitudes

como inerentes à natureza e essência do homem ou da mulher. Desta maneira se sustenta a premissa de que ser mulher e ser mãe é uma condição imposta pela natureza.

Ao longo da história observa-se que o poder paterno sempre foi imbicado a autoridade marital. “Os poderes do chefe de família, magistrado doméstico, reapresentam-se quase inalterados em toda a antigüidade, embora atenuados na sociedade grega e acentuados entre os romanos”. (Badinter, 1985, p.29)

Na Idade média o poder paterno atenuou-se progressivamente. No século XIII, no Sul da França, o pai ainda podia matar o filho sem sofrer qualquer tipo de conseqüências mais tarde, o poder paterno é moderado pela mãe e pelas instituições que cada vez mais passam a governar as famílias. (Badinter, 1985)

Na família romana se encontra o exemplo mais vigoroso da organização patriarcal. A formação do vínculo familiar, reproduzindo a tendência patriarcal, vai ocorrer num terreno de absoluta submissão. (Leite, 1991, apud Inokuma, 1997)

A partir do século IV, com o Imperador Constantino, instala-se no Direito Romano a concepção cristã da família, na qual as preocupações de ordem moral predominam, sob inspiração do espírito de caridade, acarretando um sacrifício, em parte, da autoridade paterna (Pereira, 1995, p. 19, apud Inokuma, 1997). Segundo o autor, o direito romano impede a influência liberal da Igreja e do direito canônico, restringindo os direitos das mulheres a partir do séc. XIV e, paralelamente aumentando, entre os séc. XVI até o Séc. XVIII, a autoridade paterna que, segundo Badinter (1985):

“Foi vital para a manutenção de uma sociedade hierarquizada em que a obediência era a primeira virtude, o poder paterno devia ser mantido a qualquer preço. (...) A menor desobediência filial, o pai ou aquele que o substitui recorria ao açoite”. (p.51)

Neste panorama, segundo a autora, exercia-se uma coação social tão forte que quase não sobrava lugar para qualquer outro sentimento. (Badinter, 1985)

O aumento considerável das responsabilidades maternas, desde o final do séc. XVIII, determinou o declínio da importância da autoridade paterna. Segundo Badinter (1985, p.239), o “pai ausente, silencioso, despojado de todas as suas antigas prerrogativas é uma imagem caricatural da decadência paterna”.

Ao final do séc. XIX e início do séc. XX, o estado se propõem a substituir a carência paterna e, em nome do "interesse da criança", as instituições sociais passaram a “substituir o pai quando este não cumpria aquilo que dele se esperava”. Ou seja, “cada vez que o bem-estar da criança está em jogo, o pai pode ter seu poder familiar limitado”. (Ceccarelli, 2001)

Assim, como resultado da influência do direito natural, alterou-se profundamente a estrutura tradicional da família, levando a um enfraquecimento da autoridade paterna. Ou como melhor expressa Badinter (1985, p.294):

“(…) é preciso admitir com toda justiça, que o homem foi despojado de sua paternidade. Reconhecendo a ele (e a ele, exclusivamente) tão somente uma função econômica, distanciaram-no progressivamente, no sentido literal e figura do, de seu filho. Fisicamente ausente durante todo o dia, cansado à noite, o pai não tinha muitas grandes oportunidades de se relacionar com os filhos”.

Segundo a autora, com o advento do Código de Napoleão, o casamento torna-se um contrato civil, e o divórcio é permitido. Com isso, o casamento perde a sua importância - do ponto de vista econômico e político. Insurgindo-se contra as idéias do Código Francês, no que tange à família, tem-se uma corrente ideológica que buscou a valorização da função social da família na sociedade.

Somente nos últimos anos vem sendo destacado a importância da figura paterna, desde os primeiros dias de vida e até mesmo desde o momento da concepção. Neste sentido, segundo Cohen (1993), apud Coley & Chase-Lansdale (1999), o papel tradicional de pai provedor, utilizado para caracterizar a paternidade por muito tempo, vem perdendo sua significação prática e emocional.

Conforme expõe Badinter (1985, p.368), “ a partir da década de 1960, para marcar um certo refluxo do sentimento materno clássico e fazer aparecer juntamente o início de um novo traçado de amor: O do pai”.

As poucas pesquisas que incluíram o pai antes dos anos 70, tratou de uma variedade de assuntos mas, raramente sobre o amor do pai. Esta omissão, segundo Rohner & Veneziano (2001), foi influenciada pela tendência que havia entre os teóricos e investigadores de que este sentia ou expressava menos afeto do que as mães. Muitos cientistas de comportamento e clínicos pareciam aceitar o postulado que o papel principal de pais na família, estava no domínio instrumental e o papel das mães encontrava-se no domínio expressivo-afetivo. (Parsons & Bales, 1955, apud Rohner & Veneziano, 2001)

Neste sentido, Lyra (1997, p.23) destaca, “(...) A paternidade, quando tratada, é concebida, na maioria das vezes, sob a ótica feminina, (...) quase nunca se pergunta ao homem sobre sua participação, responsabilidade e desejo no processo de reprodução (...)”.

Só a partir dos anos noventa, que os cientistas do comportamento reconheceram completamente a importância dos pais nas relações com os filhos (Rohner & Veneziano, 2001) e a partir daí têm-se observado que o filho desencadeia no homem o mesmo repertório de condutas maternas. (Verny & Kelly, 1988)

Nesta mesma linha de pensamento, Lebovici (1996), apud Wendland (2001) constata uma mudança nas funções do pai nas sociedades urbanizadas e como Verny & Kelly (1988), acredita que o desejo de maternidade não é exclusivo das mulheres. Suas observações indicam que o pai pode desempenhar com eficiência o papel de maternagem no cuidado com os bebês, apesar de apresentarem condutas diferentes da mãe.

Segundo Benetti (2001), o interesse na influência dos pais no sistema familiar e desenvolvimento infantil, aconteceu em resposta às mudanças sócio-econômicas que levaram as mães ao mercado de trabalho, acarretando em maior participação masculina na vida doméstica e também devido aos enfoques teóricos sobre o entendimento dos distúrbios emocionais através de uma análise sistêmica das interações humanas.

Esta idéia é partilhada por Rohner & Veneziano (2001), que consideram que o amor de pai foi, o resultado direto e indireto do movimento feminista. A partir deste movimento, segundo os autores, muitos cientistas de comportamento começaram a estudar os pais e amor de pai diretamente, verificando que os pais são tão capazes quanto as mães para

cuidar das crianças (Bronstein & Cowan, 1988; Silverstein & Auerbach, 1999, apud Rohner & Veneziano, 2001). Também foi verificado que a relação pai-criança pode ser comparada a mãe-criança, em termos de intensidade. (Raposa et al., 1991; Hanson & Bozett, 1991, apud Rohner, & Veneziano, 2001)

Marsiglio (1995), apud Benetti (2001), aponta a importância de acompanhar as modificações nas imagens paternas, entendendo as modificações do significado e a definição da paternidade resultantes das mudanças. O fato de ter sido desejado, de ter tido a percepção das realidades internas do pai e da mãe, de ter sido adotado, de haver nascido de um pai que não é aquele que assume as funções de pai ou de ser filho de um divórcio, todas essas possibilidades repercutem na vida emocional da criança e no seu desenvolvimento.

Compartilhando da mesma ideia Rohner & Veneziano (2001), afirmam que o pai possui implicações significativas, não só no bem estar psicológico das crianças, mas também, possui um caráter preventivo contra uma ordem de problemas psicológicos e de comportamento. Segundo os autores, o amor de pai afeta a criança em todas as fases do desenvolvimento infantil.

Nos estudos que vem sendo realizados discute-se, dentre outros, se o envolvimento e o afeto influenciam de maneira independentes. Além disso, tem sido destacado que querer as crianças não significa necessariamente preocupar-se com elas. Cordeiro (1997), verificou que envolvimento paterno não consistia apenas do simples compromisso mas sim, da disponibilidade ou responsabilidade para cuidar das crianças. Assim, é a qualidade da relação de pai-criança que faz a maior diferença. (Cabrera et al., 2000; Cordeiro, 1997, apud Rohner & Veneziano, 2001)

Concordando com esta linha de pensamento Pleck (1997), apud Rohner & Veneziano (2001), reiterou que o envolvimento precisa ser combinado com dimensões qualitativas de comportamento paterno para enquadrar-se no conceito de envolvimento paterno positivo.

Muszka (2000, p.1), verificou através de relatos masculinos, que a geração mais jovem, entre 25 a 39 anos, apresenta um interesse mais espontâneo e um autêntico prazer no contato amoroso dos pais em relação aos seus filhos.

De maneira semelhante, White (1994), apud Benetti (2001), ao abordar a questão da construção social da paternidade através de uma pesquisa com 11 homens e seus filhos, encontrou por um lado, que havia,

“...um desejo por parte destes pais de estar ativamente envolvido com os filhos, impulsionado pela própria falta sentida por estes homens com relação aos próprios pais no passado. Por outro lado, estes pais repetia na vida adulta as mesmas experiências com seus filhos, ou seja, também se consideravam poucos participativos”. (Benetti, 2001, p.99)

Para Segal (1990), apud Benetti (2001), a paternidade é definida a partir de uma construção relacional e “emerge justamente na interação entre o feminino e o masculino sendo também estruturada a partir do que a mulher percebe como a condição paterna”. (p.99-100)

Nesta mesma linha, estudos de Beitel & Parke (1998); Vandell & Essex, (1997), apud Grych & Clark (1999), relacionam uma maior interação e participação dos pais quando as mães avaliam positivamente a participação deles nos cuidados com a criança.

Maridaki-Kassotaki (2000), realizou um estudo descrevendo o envolvimento do pai grego com a família e as tarefas de cuidados da criança durante o seu primeiro ano de vida, através da participação de oitenta pais de zona rural, de nível educacional e status ocupacional baixo, e 80 pais de zona urbana, de nível educacional e status ocupacional alto. Os resultados mostram que os pais provenientes de áreas urbanas se envolviam mais nessas atividades que os pais de áreas rurais. Todos os pais valorizaram a paternidade como uma experiência agradável, no entanto, a participação nas rotinas de cuidado das criança dava-se por imposição e não porque gostavam de estarem envolvidos nas atividades.

Benetti (2001), estudando a definição da paternidade em famílias japonesas, através do relato de seis mulheres, verificou que todas tinham em comum o fato de conceberem a figura do pai como aquele que trabalha para a família e, portanto não participa da interação cotidiana familiar e, desta forma conclui: “a identificação e a definição da figura paterna se dão a partir da noção de que a presença do pai na família na verdade se dá pela sua ausência”. (p.117)

2.6. A INTERAÇÃO PAI-BEBÊ

Seguindo o curso da história, observa-se uma riqueza na variação de padrões familiares da sociedade, bem como, uma re-articulação das relações entre os gêneros, principalmente a partir dos novos papéis assumidos pela mulher, provocando novos arranjos na configuração do exercício da maternidade e, destacadamente da paternidade.

Tal constatação é evidenciada através de inúmeras pesquisas que vem surgindo sobre a importância dos pais no desenvolvimento infantil (Booth & Crouter, 1998; Cordeiro, 1997; Phares, 1996, apud Rohner & Veneziano, 2001). No Brasil, como destaca Lyra (1997), pouco a pouco a temática da paternidade vem sendo tratada no âmbito das pesquisas acadêmicas que tem evidenciado uma transformação lenta dos valores no plano das atribuições parentais.

Baseando-se em estudos sobre a ausência paterna Corneau (1989), e outros psicólogos, vinham defendendo que o pai, tanto como a mãe, tem um importante papel no desenvolvimento infantil, não apenas na provisão das necessidades materiais, mas também nas relações de afeto e cuidado. (Lamb, 1986, apud Lyra, 2000)

Para Dessen & Braz (2000), o pai um dos membros mais importantes da rede social, no que tange ao apoio oferecido à mãe e à família. Segundo os autores, compreender os papéis desempenhados por ele, durante momentos de transição decorrentes do nascimento de filhos, é tarefa preponderante, se quisermos, de fato, compreender a influência da rede social no funcionamento das famílias.

Autores como Feiring & Lewis, 1978; Kreppner, 1999; Minuchin, 1985, 1988; Sroufe & Fleeson, 1988, apud Dessen & Braz (2000), revelam que casamentos saudáveis proporcionam mais suporte para os cônjuges, em especial do marido para a esposa, e que o apoio emocional oferecido pelos pais às mães contribui para o desenvolvimento dos filhos.

A ausência ou deficiência do pai parece ter, em muitos casos, repercussões negativas para a mãe e a maneira como ela vive a gravidez e a maternidade, para o desenvolvimento psíquico, social e cognitivo do bebê, assim como para a relação que a mãe estabelece com sua criança (Clément, 1993; Levy-Shiff, 1982; Mabelle, 1990; Wendland, 1995, 1999, apud Wendland, 2001).

Amann-Gainotti et al. (1984), apud Knibiehler (1999), concluíram, ao considerarem as novas perspectivas acerca da paternidade, que os homens possuem habilidades eficientes para exercerem o papel paterno. De acordo com os autores, os pais sabem observar o comportamento do bebê, sabem interpretar os sinais e sabem fornecer as respostas a esses sinais, nos termos e momentos adequados.

Estas observações são concordantes com as de Jones (1985) e Shuster (1994), que afirmam que os pais sabem interpretar o comportamento de uma criança e responder adequadamente às suas necessidades. (Jones, 1985; Shuster, 1994, apud Davis & Perkins (2001)

Recentes pesquisas mostram que os pais desejam mais informações de como cuidar de seus filhos, tanto no período pré-natal como, no período pós-natal. (Matthey & Barnett, 1999, apud Moura & Ribas, 2000)

De acordo com Jain et al. (1996), estudos de Belsky (1984), Doherty et al., (1998) e Parker (1996) indicam que a variável sexo pode influenciar a interação com os pais, tendo os pais mostrados mais suscetíveis ao envolvimento com os filhos do sexo masculino do que com o sexo feminino. Estes dados, segundo os autores, foram confirmados por Weinraub & Frankel (1977). Já Belsky et al. (1984), apud Jain et al. (1996) não verificaram nenhuma diferença significativa quanto a esta variável.

Amato e Gilbreth (1999), estudaram a relação entre pais separados e não separados e sua influência no bem estar infantil, verificando que o bem-estar de crianças encontra-se relacionado ao amor paterno e que independia da frequência de contato entre eles.

As interações com os pais diferem das interações maternas. Os pais tendem a interagir no plano mais físico que as mães (Collins & Russell, 1991,; Dianteira & Nousiainen, 1993; Parke, 1996, apud Rohner & Veneziano, 2001). Além disso, os pais encorajam mais a competitividade e independência das crianças (Cabrera et al., 2000, apud Rohner & Veneziano, 2001). Também Mazet e Stoleru (1990), apud Gandra & Farias (2000), destacam que o pai na interação com o bebê apresenta mais estímulos do que a mãe e que com os bebês do sexo masculino, ocorre uma interação mais incitante, tanto através de contatos físicos quanto pela utilização de brinquedos.

Ramires (1997), analisou a paternidade em ambientes de famílias nucleares e monoparentais, com pais de diferentes profissões e idades, caracterizando a forma como o pai participa da criação e educação dos filhos, e como o pai vivência o exercício de sua paternidade, verificando que há um desejo e uma atitude que prevalece na maioria dos pais que é o desejo de participação na criação dos seus filhos.

Ficou claro, a necessidade e o desejo desses homens de participar da criação dos seus filhos, do cuidado com suas crianças, do envolvimento nas tarefas e atividades do dia-a-dia. Além disso, eles descreveram a maneira como participam da educação e dos cuidados com os filhos, através da realização de atividades em conjunto com as crianças e da divisão de tarefas com as esposas.

Muitas perguntas continuam sem respostas e até mesmo inexploradas na literatura de forma a avaliar as contribuições do amor de mães e pais. Por exemplo, pouco é conhecido se as crianças podem ser afetadas de forma diferente pelo amor de mãe em relação ao amor de pai. Em idades diferentes ou fases diferentes. Também continuam sem respostas se a magnitude do efeito de amor de mãe ou amor de pai, varia pelo período de vida de descendências.

3 METODOLOGIA

Sujeitos:

Participaram da pesquisa três díades que foram observadas em ambiente natural (em suas residências), cujas interações foram identificadas através da análise de vídeos das sessões e complementadas com relatos dos pais. As mesmas pertencem a famílias nucleares constituídas por pai, mãe e um único filho, o primeiro do casal. Todos os bebês foram amamentados e, com exceção do bebê 2, os demais nasceram de parto normal, todos a termo.

A gestação transcorreu, em todos os casos, sem nenhuma intercorrência, com duração média de 40 semanas. Dos 3 bebês participantes dois são do sexo masculino e uma do sexo feminino.

As famílias participantes da pesquisa, são moradores da cidade de Florianópolis, residentes em bairros de classe média da cidade. As mães possuem entre 20 e 32 anos e os pais entre 27 e 41 anos de idade e escolaridade predominantemente de terceiro grau.

Os bebês que compuseram as díades, tinham entre 31 e 36 dias de vida e foram acompanhados até o quinto mês de idade. A intenção inicial era a realização de um estudo longitudinal, no entanto, devido ao tempo escasso para realização da pesquisa, estipulou-se esta idade para o acompanhamento.

Procedimentos:

Foi realizado, por telefone, um contato com cada família confirmando a participação na pesquisa. Após a confirmação, foi realizado uma entrevista inicial com os pais, nas quais foram registrados os dados relativos a gestação, parto, forma de alimentação, dentre outros. Foram também, prestados esclarecimentos sobre a pesquisa, solicitando autorização para a realização da filmagem e combinando a forma e horário de participação.

As díades foram visitadas e filmadas uma vez por semana em casa, no período em que o bebê encontrava-se acordado, é importante ressaltar que apenas as filmagens correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º mês foram consideradas para análise das categorias de interação. Das demais filmagens foram registrados os relatos dos pais (anexo) e houve a observação com intuito de garantir a ocorrência de participação e estimulação no desenvolvimento da criança por parte do pai em todo o período da pesquisa.

As situações de filmagem envolveram interação pai x bebê, com e sem brinquedo, troca de fraldas e banho. O pai foi instruído a manter sua rotina e a ignorar o observador, na medida do possível.

A opção por este tipo de registro, deve-se ao fato do vídeo mostrar-se uma forma eficiente que favorece diversos tipos de análise e a memória para posterior recuperação dos dados (Acoca Trigano, 2000, apud Piccinini et al., 2001), o que foi comprovado por Yogman (1982), apud Davis & Perkins (2001), que se utilizou do vídeo como forma de registro das interações pai-bebê, verificando que o seu uso contribui significativamente neste tipo de pesquisa.

As categorias de interação registradas foram propostas por Bornstein, Tamis-LeMonda (1990), Vibbert e Bornstein (1989), e Bornstein et al.(1995), apud Ribas & Moura (2000) em estudos de interação mãe-bebê e adaptadas pela autora, a saber:

Domínio social de interação: Identificado quando no episódio de interação o pai usa estratégias físicas e/ou verbais para engajar a criança interpessoalmente, ou seja, para fazer com que o bebê volte a atenção para ele. E o bebê dirige atividades em relação ao pai, se mostrando engajado interpessoalmente com ele.

Domínio Didático: interação mediada por objetos e identificada quando a interação se volta para fora da díade, ou seja, quando o pai usa estratégias físicas e/ou verbais para provocar (despertar) e estimular a criança a se engajar numa propriedade, evento ou objeto no ambiente fora da díade e quando o bebê tem um foco correspondente de atenção no ambiente, em algo que está fora do âmbito da interação pai-criança.

Tentativa de interação não efetivada: Episódio no qual, um dos parceiros dirige uma atividade ao outro e este não responde com uma atividade relacionada à que lhe é dirigida.

As interações foram caracterizadas em termos de atividades, contexto e o tipo de domínio que foram verificados em quatro momentos: 1º mês , 2º, 3º e 4º mês de vida do bebê. Os vídeos correspondentes a estes períodos tiveram a duração de trinta minutos,

desconsiderados os primeiros cinco minutos para a familiarização da situação. A duração da filmagem encontra consistência em outros estudos (Cechin, 1991; Ribas & Moura, 1999).

As categorias de comportamento consideradas nas atividades realizadas pelo pai foram:

Chamar o bebê pelo nome – quando o pai chama a atenção do bebê através do seu nome.

Vocalizações - emitir sons ao bebê que não sejam falas, tais como sílabas soltas, repetições de vogais, etc..

Sorriso- sorrir, sendo este sorriso dirigido ao bebê.

Acariciar - tocar propositadamente com alguma parte do corpo do bebê, podendo estar ligado a atividades de acariciar, brincar, cuidar fisicamente do bebê, etc.

Mostrar objetos – mostrar propositadamente um objeto para o bebê.

Olhar para o bebê - voltar o olhar ou o rosto na direção do bebê.

Além do registro em vídeo, tomou-se nota das falas do pai e da mãe fora da filmagem, dos aspectos gerais da situação e acontecimentos relevantes. Foram também transcritas todas as falas e vocalizações da mãe durante a observação. Após 05 meses foi

realizado um encontro final, examinando a experiência do pai, sua participação no desenvolvimento do filho, bem como, o depoimento das mães quanto a esta participação.

Análise dos Dados:

Os dados foram analisados em termos da percentagem, de ocorrências de interação entre atividades do pai e do bebê. Os episódios de interação identificados foram analisados em termos da sua descrição e contexto. Foram também descritas as tentativas de interação não efetivadas, ou seja, episódios em que um dos membros tenta interagir com o outro, mas o outro não se engaja na interação, da mesma forma que a utilizada para descrição de interação.

O índice de fidedignidade foi realizado através de dois observadores independentes que analisaram as fitas correspondentes a filmagem, no primeiro e quarto mês de observação e confirmaram 75% de ocorrências de interação. O índice encontra-se aproximado aos estudos de Ribas & Moura (1999), para os quais foram registrados 73%, indicando ser bastante adequado.

As falas e vocalizações do pai durante a observação foram analisadas de forma qualitativa, em termos da atribuição de significado.

Quatro alunas da Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, auxiliaram na coleta de dados para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria das pesquisas nesta área, tem na interação mãe-bebê, o seu objeto de estudo (Kagan, 1978; Stearns, 1991, Stendler, 1950: Sunley, 1955, apud Rohner & Veneziano, 2001), o que limita de maneira significativa a discussão dos dados, uma vez que se tornam de “difícil mensuração na medida que não há bases de comparação”, conforme explicam Piccinini et al. (2001).

Assim, os resultados encontram-se limitados quanto a sua comparação, uma vez que a pesquisa enfocou o pai, ao contrário da maioria que é voltada às mães, conforme ilustrou um dos pais participantes.

Pai: A pesquisa aumentou a minha segurança como pai, principalmente por ser uma pesquisa voltada ao pai, que existem poucos trabalhos.

Os episódios de interação pai-bebê registrados indicaram que todos os bebês apresentaram aumento gradual do domínio didático (figuras 1, 2 e 3), provavelmente em função da curiosidade do bebê, em explorar o ambiente em oposição as tentativas de interações não efetivadas, que apresentaram um decréscimo entre a primeira e última observação em todos os bebês.

Houve um aumento do domínio didático em todos os bebês, à partir do segundo mês, o que é coerente com os resultados apresentados por Bornstein & Tamis-LeMonda (1990), apud Ribas & Moura (1999), que também relatam um aumento de

ocorrência de domínios didáticos de interação aos dois meses de idade. (Ribas & Moura, 1999)

A ocorrência de tentativas de interação, que declinou para todos os bebês no decorrer do período, são importantes, segundo as autoras, por revelarem o engendrar das interações: “Por vezes, numa sessão de observação, identifica-se uma seqüência de tentativas, antes que a díade se engaje num episódio de interação.”

A diminuição da ocorrência de tentativa de interação, deve-se provavelmente pela curiosidade do bebê em explorar o ambiente, que tende a aumentar com o passar do tempo. Belsky et al. (1984), apud Ribas & Moura (1999), chamaram a atenção quanto ao aumento das demonstrações de excitação e exploração por parte do bebê, ao longo dos primeiros meses.

Por sua vez, ainda que o domínio social tenha apresentado um acréscimo entre a primeira e última observação, não foi importante, permanecendo relativamente homogêneo em todos os meses de análise.

No bebê 1 (figura 1), a categoria de domínio social, indicou um aumento no segundo mês, seguido de um decréscimo no terceiro mês e novamente um aumento no quarto mês.

Na categoria domínio didático registrou-se um acentuado aumento do primeiro para o segundo mês, seguido de um acréscimo gradativo desta categoria.

A tentativa de interação não efetivada, mostra um decréscimo gradativo entre o primeiro ao quarto mês.

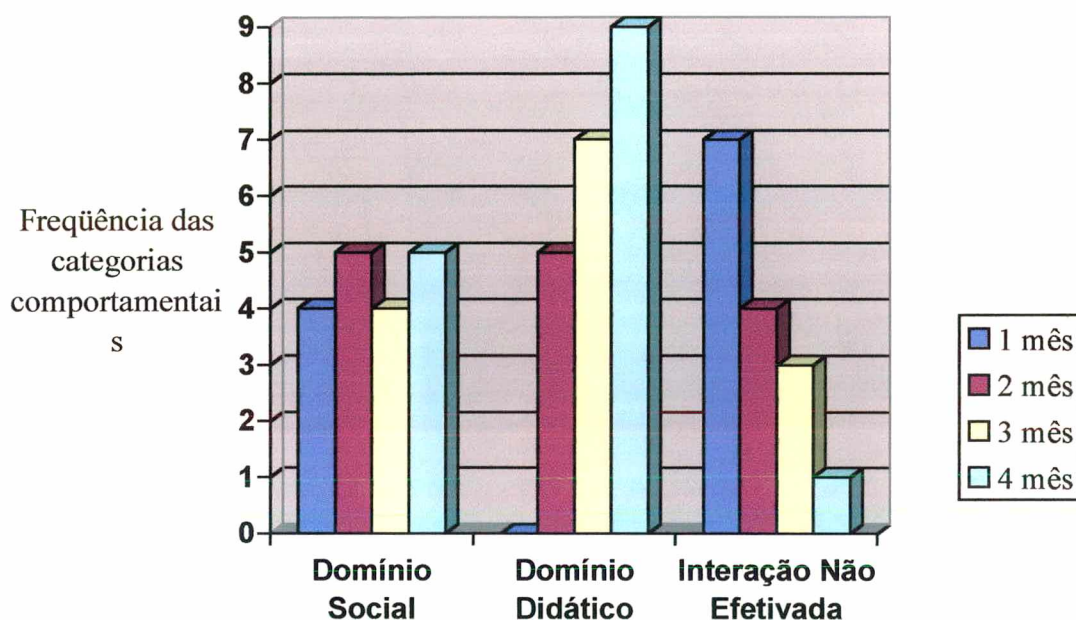


Figura 1 - O gráfico mostra a frequência média das categorias comportamentais para cada mês do bebê 1: Domínio Social; Domínio Didático e Interação Não Efetivada.

As categorias comportamentais do bebê 2 (figura 2), mostram que a interação de domínio social manteve-se estável nos dois primeiros meses, elevando-se no terceiro mês e permanecendo até o 4º mês.

Por sua vez, ainda que o domínio social tenha apresentado um acréscimo entre a primeira e última observação, não foi significativo permanecendo relativamente homogêneo em todos os meses de análise.

A interação de domínio didático, mostrou uma acentuada elevação entre o primeiro e segundo mês e crescimento gradativo até o 4º mês. A tentativa de interação não efetivada mostrou um decréscimo no período analisado.

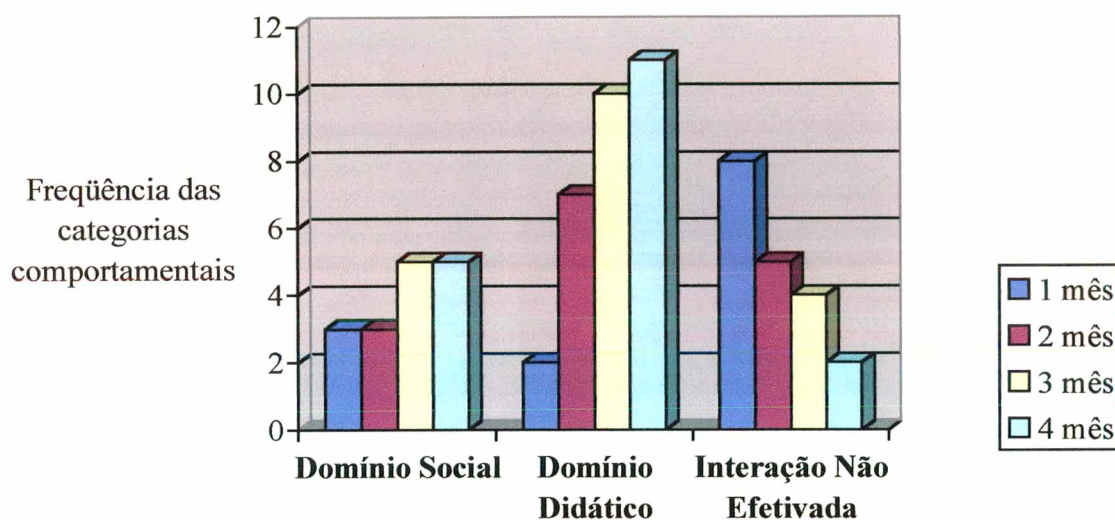


Figura 2 - O gráfico mostra a frequência média das categorias comportamentais para cada mês do bebê 2: Domínio Social; Domínio Didático e Interação Não Efetivada

No bebê 3 (figura 3), registrou-se na categoria de domínio social um acréscimo gradual com queda apenas no segundo mês. O domínio didático cresceu no decorrer de toda a observação em oposição a interação não efetivada, que declinou no tempo da pesquisa.

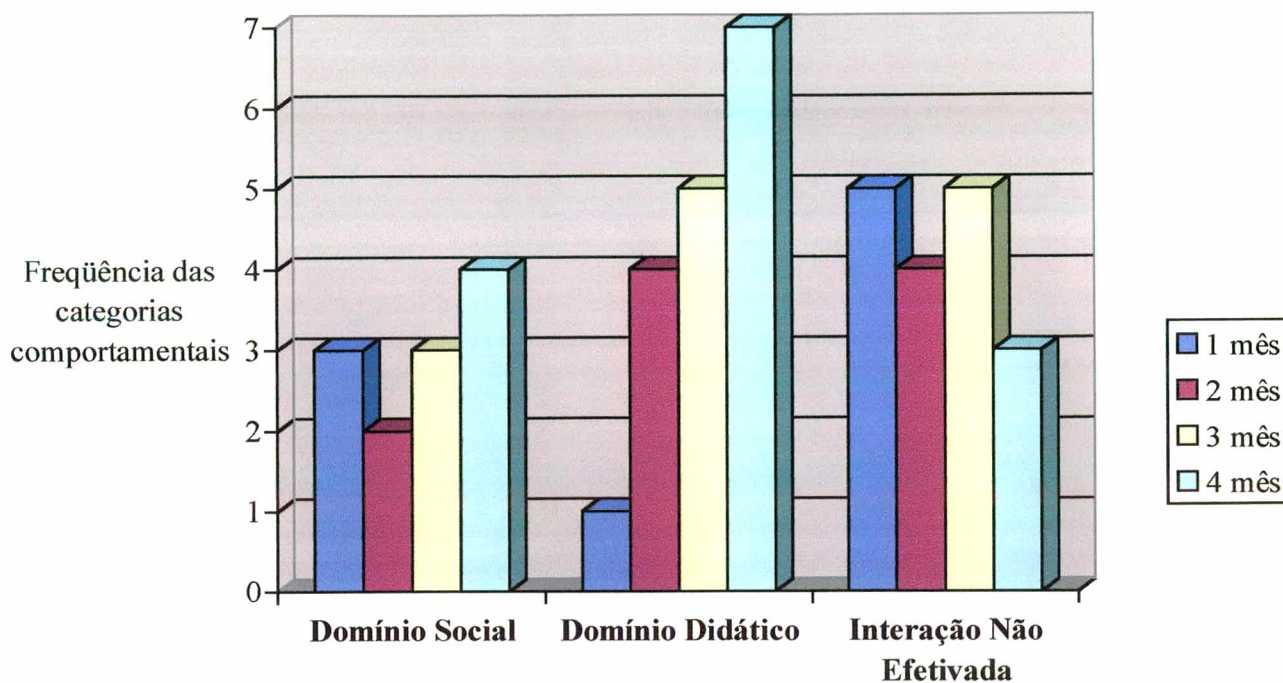


Figura 3 -O gráfico mostra a frequência média das categorias comportamentais para cada mês do bebê 3: Domínio Social; Domínio Didático e Interação Não Efetivada

Ao todo foram registradas 165 interações (figura 4), sendo 54 do bebê 1 (32,7%), 65 do bebê 2 (39,4%) e 46 do bebê 3 (27,9%). Apesar de não ter sido registrado o tempo de duração dos episódios constatou-se, no geral, que esses foram de curtos períodos.

No entanto, vale a ressalva de que, os períodos variaram de acordo com as situações de interações, tais como a amamentação, interação pai e bebê com e sem brinquedo e troca de fraldas, dentre outras.

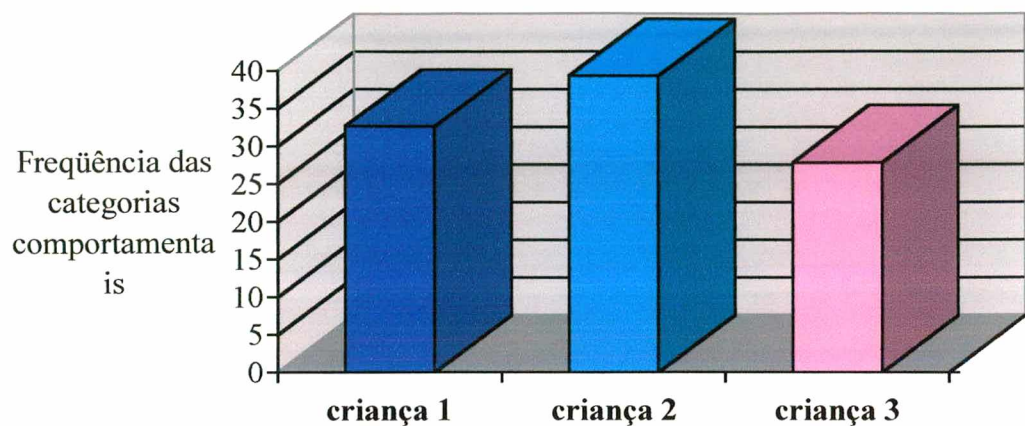


Figura 4 - O gráfico mostra o total dos episódios de interação para cada mês do bebê 1, bebê 2 e bebê 3: Domínio Social; Domínio Didático e Interação Não Efetivada

Ao todo somaram-se 46 episódios de domínio social, sendo que o bebê 1 apresentou dezesseis, o bebê 2 doze e o bebê 3 dezoito (figura 5).

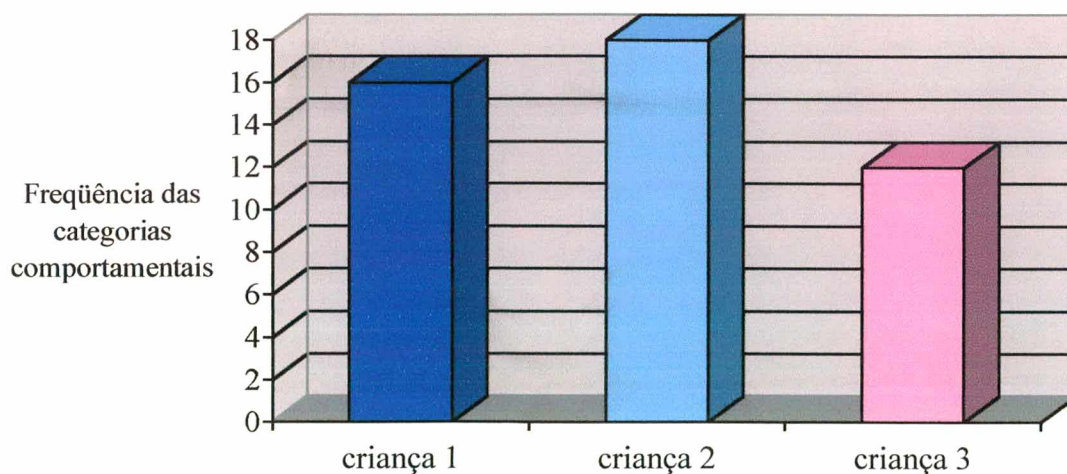


Figura 5 - O gráfico mostra o total de Interações de Domínio Social para cada mês do bebê 1, bebê 2 e bebê 3.

A interação de domínio didático, ou seja, a ocorrência de interação mediada por objetos e identificada quando a interação se volta para fora da díade, situação utilizada pelo pai para provocar (despertar) e estimular o bebê a se engajar, somou 68 episódios sendo 21 apresentados pelo bebê 1, trinta pelo bebê 2 e dezessete pelo bebê 3 (figura 6).

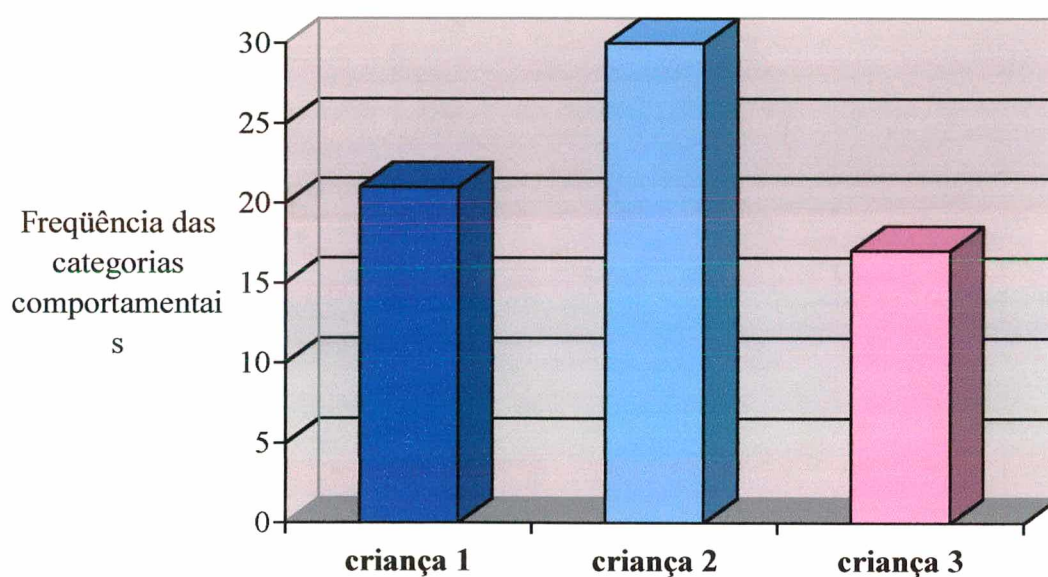


Figura 6 - O gráfico mostra o total de Interação de Domínio Didático para cada mês do Bebê 1, Bebê 2 e Bebê 3

Foram observados 51 episódios de tentativa de interação (figura 7), sendo 15 do bebê 1, 19 do bebê 2 e 17 do bebê 3. As tentativas observadas foram realizadas todas

por parte do pai em situações de tentar chamar a atenção do bebê para si, ou tentar chamar a atenção do bebê para o ambiente.

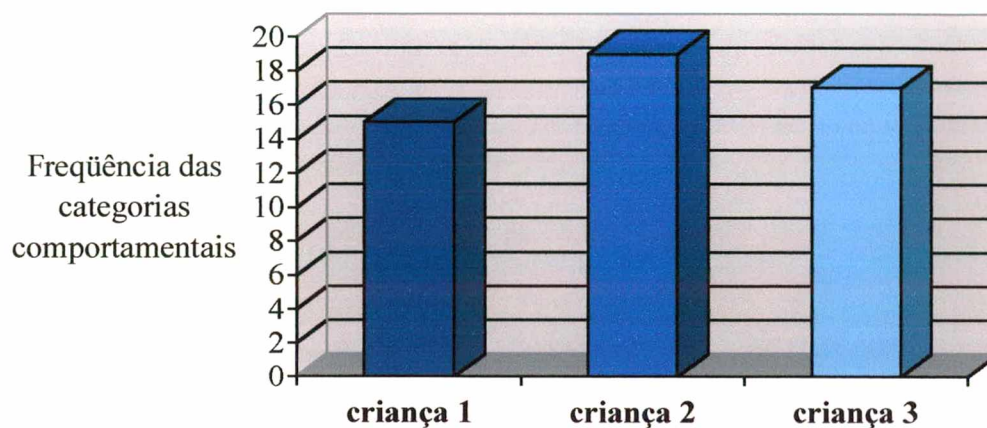


Figura 7 - O gráfico mostra a frequência média das Tentativas de Interação Não Efetivadas para cada mês do Bebê 1, Bebê 2 e Bebê 3

A diminuição de tentativa de interação não efetivada, pode revelar que o bebê ao se comunicar através das atividades como olhar, movimentar os membros, vocalizar, etc., o pai responde de maneira eficiente ou seja, favorecendo a ocorrência de trocas interativas. Vale a ressalva de que as interações nesta fase do bebê (0-5 meses) apresentam características ímpares como as limitações dos repertórios comportamentais do bebê, bem como, dos contextos específicos para a ocorrência das interações, confirmando-se Ribas & Moura (1999).

As pesquisas realizadas na área da interação, mostram que nas díades mãe-bebê, as trocas face-a-face são comuns neste estágio de desenvolvimento. Também foram

importantes estes episódios entre os pais e bebês, que olharam-se mutuamente, iniciados tanto pelos pais quanto pelos bebês.

Parece ser possível supor a ocorrência de uma aprendizagem recíproca entre os membros participantes na interação, ou seja, pai e bebê aprendem a se relacionar de forma mútua.

Estes dados são coerentes com os obtidos por Sigolo (1999), “quando analisou a evolução dos padrões interativos da díade mãe-bebê, durante o segundo ano de vida verificando uma aprendizagem recíproca entre os membros da díade, onde a mãe “revela-se promotora da autonomia infantil, à medida em que gradativamente permitem iniciativas de contatos mais freqüentes por parte do bebê”.

A idade dos pais, que variou entre 27 e 41 anos de idade, não mostrou influências na interação com o bebê, o que está de acordo com Lamb & Arthur Elster (1985), apud Lyra (1997), que também, não encontraram diferenças quando comparado aos pais mais novos e aos mais velhos.

O anúncio de gravidez evocou sentimentos positivos como alegria, prazer, e felicidade entre todos os pais:

Pai: “Curti muito a gravidez da P., dei muito amor”

Mãe: (...) esse período já fazia planos e organizou seus horários para poder ficar com o filho quando o mesmo nascesse.

Em função deste tipo de comportamento as mães sentiram-se seguras, o que confirma Bee (1984, p. 64), quando relata: “muitas mulheres relatam que ter o marido presente foi de grande ajuda, especialmente se o pai também participou de cursos de preparação para o parto”. Este comportamento de compartilhar, antes mesmo do nascimento dos filhos, foi extensivo aos demais participantes:

Mãe: (...) o pai deu muito apoio, passou muita segurança, curtíamos muito juntos o bebê mexendo na barriga, me acompanhou sempre .

Mãe: (...) foi muito boa a participação ... muito melhor que eu esperava.

Pai: (...) foi bem gratificante, é um momento para começar a organizar as coisas, para adaptar a H, e um momento de curiosidade, de saber como o bebê ia ser. Já planejava em participar bem do desenvolvimento de H.

Os dados obtidos nas entrevistas mostraram, de maneira nítida a importância da participação do pai durante a gestação:

Pai: (...) conversava bastante com ele (bebê) dizia “eu sou o papai”, colocava música .. brincava, dizia:... G. já fazia parte da família desde quando estava na barriga, como se estivesse externo ao útero.

Pai: (..) acompanhei minha esposa ao médico, ... participei das palestras. Eu conversava bastante com a minha esposa e com a menina, fazia carinho, dava beijos na barriga.

Pai: (...) Relata que curtiu muito este momento, ao montar o quarto, fazer as compras, ver os exames, “foi bem gratificante”.

Todos os pais estiveram presentes no momento do parto. Tais dados são bastante consistentes quando alinhados com os de Peterson et al. (1979), apud Bee (1984, p.5-

6) que verificaram que os pais que estavam mais envolvidos no nascimento (...) eram os que estavam mais ligados (estabeleceram vínculos) com seus bebês seis meses depois”.

Mãe: (...) H., me deixou mais segura na do parto, fomos descobrindo coisas juntos, foi e está sendo muito bom, é bom ter alguém que apoia, que fique junto.

Mãe: (...) O pai participou do parto, comenta que foi um momento muito gratificante.

Mãe: (...) me apoiou a fazer hidroginástica, drenagem linfática, durante o parto também foi ótimo.

Verificou-se também, que a amamentação é um momento importante para os pais entrevistados e também para a mãe que ficou mais segura. Baseando-se nos dados é possível relacioná-los as colocações de Carvalho (1997) e Martins (1984), que garantem que o sucesso da amamentação é influenciado pela participação do pai, quando este é a favor do aleitamento materno, o sucesso da amamentação aumenta consideravelmente:

Pai: (...) Eu fico ao lado da P. quando esta está amamentando, é muito bom fico abraçado na P. e as vezes faço carinho no H., ele parece gostar, sei que me sinto muito tranqüilo quando participo deste momento, comenta.

Mãe: (...) Quando o R. está perto quando esta amamentando é bom, pois ficam bem calmos, admirando seu filho.

Pai: (...) “gosto muito de participar, na amamentação fico perto, converso com a A. com o G.”, a mãe prefere que o pai esteja ao lado dela durante a amamentação, fica um momento de família, bem gostoso.

Foi possível evidenciar que existem formas diferenciadas dos pais se ocuparem dos cuidados com os filhos, o que foi igualmente observado por Jain et al. (1996). Uns, a fim de melhor se relacionarem com os bebês utilizam-se de uma variedade de ajustes em seus comportamentos como a mudança de postura facilitando a aproximação ao rosto do bebês e outros, usam meios de comunicações específicos, dentre outros.

Pai: (...) Brinquei com o G. assoprando, ele ria somente quando eu assoprava, já está associando, quando eu fingia que assoprava ele não ria.

Pai: (...) Eu costumo falar com ele com voz aguda, mas quando estou conversando com a P., com voz normal, ele fica prestando atenção.

Grieser & Kuhl (1988), também destacam o uso de um tipo de conversação especial dirigido aos bebês, o que foi confirmado por Bornstein & Tamis-LeMonda (1990) (Ribas & Moura, 1999).

Chama a atenção o fato dos pais saberem interpretar os comportamentos e sinais dos seus bebês e fornecerem as respostas a esses sinais nos termos e momentos adequados, conforme destacaram Amann-Gainotti et al. (1984), apud Knibiehler (1999) ao considerarem as novas perspectivas acerca da pesquisa sobre a paternidade, concluindo que os estudos efetuados sobre os processos interativos pais-bebês, mostram que os homens possuem outras possibilidades de exercer o papel paterno, para além do papel puramente simbólico.

As distinções realizadas pelos pais acerca dos sinais do bebê, mostraram que eles são capazes de estabelecer diferenças sobre as preferências do bebê, confirmando que

encontram-se aptos para providenciarem todos os cuidados necessários para o seu bem-estar, conforme afirma Trindade (1991, p.30) apud Lyra (1997). Isto se revelou, nas seguintes falas:

Pai: (...) Não gosta de ficar sem roupa, nem muito coberto, as mãos tem que sempre estar livre.

Pai:(...) Não gosta de ficar sentado, força as pernas para ficar em pé.

Mãe: (...) Está gostando mais do banho, menos de lavar a cabeça. Gosta de ficar solta, não de por roupa.

Nas atividades de cuidado, todos os pais realizavam as tarefas de maneira lenta aproveitando bastante as atividades e falando com os bebês sobre o que estavam fazendo, atribuíam a eles estar ou não gostando daquelas atividades.

Pai: (...) Ela gostou do banho, é dessa forma que dou banho sempre, cantando, falando partes do corpo, brincando, hoje ela não reclamou, ficou quietinha, foi bom.

Pai: (...) Troco as fraldas muito devagar, a P. fica impaciente ela já tem mais prática.

A participação do pai é valorizada pelas companheiras que avaliam os maridos como bastante eficientes.

Mãe: (...) R. contribuiu muito nesse período, pois sempre que podia estava presente, daria nota onze, a participação de I. foi muito melhor que eu esperava, me acompanhava nas consultas me apoiou a fazer hidroginástica, drenagem linfática, durante o parto também foi ótimo.

Mãe: (...) S. sempre esteve ao meu lado também contribuiu muito nos cuidados com H., me deixou mais segura na hora do parto, fomos descobrindo coisas juntos, foi e está sendo muito bom, é bom ter alguém que apoia, que fique junto.

Tal constatação parece confirmar os estudos que relacionam a participação dos pais à percepção das mães, quanto a competência desta participação. (Beitel & Parke, 1998; Haas, 1988; Palkovitz, 1984, apud Grych & Clark, 1999). Estes observaram também que as percepções dos pais acerca da sua competência, estão associadas com a qualidade, de sua interação com os bebês. Assim, o pai que possuir uma percepção negativa de seu desempenho, terá provavelmente menor qualidade de interação infantil.

Tais dados tornam-se conexos com a afirmativa de Segal (1990), apud Benetti (2000, p.100), de que a paternidade é definida a partir de uma construção relacional, (...) “e é também estruturada a partir do que a mulher percebe como a condição paterna”.

Os resultados mostraram que todos os pais valorizaram a paternidade, como uma experiência agradável, revelada pelo interesse autêntico em relação aos filhos, utilizando-se de expressões emocionadas para transmitir a experiência da paternidade:

Pai: (...) Muito gratificante, não imaginei ser tão bom ter um filho .

Pai: (...) Tenho ficado bastante com H., não cansa é muito bom, as vezes cansado ou chateado é só ficar com ele que fico bem.

Estes resultados são concordantes com a pesquisa de Maridaki-Kassotaki (2000), que verificou um envolvimento do pai grego, com a família e com as tarefas de cuidados dos bebês.

Muitos deles, entretanto, afirmaram que as responsabilidades e os cuidados, causam por vezes situação de muita “tensão psicológica”, confirmando as conclusões de Maridaki-Kassotaki (2000), que verificou sentimentos semelhantes nos pais gregos.

Assinala-se que o papel tradicional de provedor que tem sido usado para caracterizar a paternidade está perdendo sua significação prática e emocional, conforme assinalou Cohen (1993), apud Coley & Chase-Lansdale (1999):

Pai: (...) Dei banho pela primeira vez, na banheira, e o H. não chorou, com a minha esposa ele sempre chora, achei muito legal, gostei muito desse momento. Desse dia em diante eu que dou banho.

Mãe: (...) O R. tem dado a maior força, ajuda um monte, as vezes estou cansada ele fica com H. numa boa, eu percebo que não é por obrigação, ele gosta mesmo de ficar com o filho, é de coração, por amor e carinho ao H., isso é muito legal.

As características desses pais, são bastante semelhantes aos pais democráticos, descritos por Moreno & Cubero (1995), os quais são afetuosos, correspondem às solicitações de atenção do bebê, geralmente são interativos e carinhosos. As verbalizações dos pais parecem demonstrar que novos papéis estão incorporados no núcleo família, o que é confirmado pelo relato do pai abaixo:

Pai: (...) É muito legal participar fico bem feliz, estou junto dele e curto muito isso.

Pai: (..) Acho que me dedico bastante, ofereço vários estímulos, ternura, amor, carinho, como eu já disse ela é prioridade em minha vida..

Assim, evidencia-se uma reorganização no lar, no funcionamento do grupo familiar, onde o pai está cada vez mais presente e, se apesar das inúmeras transformações, destinam-se às mulheres os cuidados com a casa e os membros da família, conforme constatado por Bruschini, (1990). A fala mostrou que no dia-a-dia esse arranjo não é rígido:

Pai: (...) Nesta semana fiquei bastante com G., minha esposa fez curso e eu que fiquei com ele a noite, foi muito bom, curti bastante ele, dei banho, troquei fraldas, fiz ele dormir.

Pai: (...) Quando a P. tem compromisso, fico com ele numa boa, brinco, faço ele dormir no meu colo e deito com ele, é um momento de troca de carinho.

A necessidade da reorganização no lar, foram assinaladas por Minuchin & Fishman (1990), os quais consideram que o sistema conjugal, precisa se reorganizar para atender ao recém-nascido que precisa de cuidados especiais e, ao mesmo tempo, indica a possibilidade de desalinhamento dos padrões rígidos, no que concerne a trabalhos considerados masculinos e femininos.

Ao fazer uma incursão pelas narrativas dos pais, torna-se claro que estes consideram que cuidar dos bebês, não é uma atribuição exclusivamente materna, pois o pai assume constantemente essa tarefa, contrariando as observações da maioria dos estudos da área.

Um aspecto significativo que emergiu dos dados desse estudo, foi a questão do prazer: o prazer enquanto qualificação de um estar ou seja, o participar diariamente nos cuidados do bebê é uma atividade de amor, fonte de prazer na vida desses pais. Ao contrário do verificado por Maridaki-Kassotaki (2000), na pesquisa realizada com os pais gregos para os quais o envolvimento nos cuidados diários com os bebês, dava-se por imposição aos participantes da pesquisa enfatizaram o desejo de ficar com os filhos por prazer, conforme pode-se verificar na fala que segue:

Pai: (...) é muito bom pegar ele, brincar, dividir as coisas que ele faz ..., dar carinho, a P. diz que parece que quando eu chego em casa, o bebê já ri, percebe minha presença.

Pai: (..) Como está sendo bom este convívio com meu filho, como é bom chegar em casa e receber um sorriso do H., abraçá-lo, beijá-lo, estou muito feliz com minha participação, quero sempre dar muita atenção e amor.

Mãe: (..) O R. tem dado a maior força, ajuda um monte, as vezes estou cansada ele fica com H. numa boa, eu percebo que não é por obrigação, ele gosta mesmo de ficar com o filho, é de coração, por amor e carinho ao H., isso é muito legal.

Estes dados vão de encontro aos de Muszka (2000), ao afirmar que na geração mais jovem – 25 a 39 anos –, os relatos masculinos denotam um interesse mais espontâneo dos pais em relação aos seus filhos e autêntico prazer no contato amoroso.

Do ponto de vista da participação, na criação e nas trocas afetivas, com seus filhos, notou-se nos sujeitos entrevistados, o desejo de ter uma relação próxima, de amizade e

atenção e carinho para com os filhos, corroborando os resultados encontrados por Ramires (1997).

Pai: (...) quero sempre dar muita atenção e amor para meu filho.

Pai: (...) quero que ele se sinta muito seguro, tendo os pais dele sempre presentes.

Também White (1994), apud Benetti (2001, p.99) ao abordar a questão da construção social da paternidade encontrou que havia, “um desejo por parte destes pais de estarem ativamente envolvidos com os filhos.”

A influência positiva da presença do pai para a mãe é nítida e reflete-se em vários relatos:

Mãe: (...) o I. deu muito apoio, passou muita segurança, curtíamos muito juntos o bebê mexendo na barriga, me acompanhou sempre no médico, foi muito boa a participação do I.

Mãe: (...) muito carinhoso, tanto comigo, quanto com o nosso filho (...) isto esta ajudando muito na adaptação dos três a essa nova família, me sinto muito bem com as atitudes do R.

Mãe: (...) a participação do S., sempre ao meu lado também contribuiu muito nos cuidados com H., me deixou mais segura na hora do parto, fomos descobrindo coisas juntos, foi e está sendo muito bom, é bom ter alguém que apoia, que fique junto.

Observa-se que existe a noção de que a participação em conjunto com a mãe é essencial para o desenvolvimento do bebê e influenciando positivamente em todos os

momentos da vida do bebê. Tal consciência alinha-se a Prado (1985), que acredita no papel determinante da família, para o desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico do indivíduo, principalmente na infância e adolescência.

Pai: (...) É essencial que ele esteja recebendo amor, carinho, tanto da mãe como do pai ... sei que é muito importante oferecer estímulos desde bebê e dar amor a seu filho, isso vai deixá-lo mais seguro e vai refletir em toda a sua vida.

Pai: (...) ofereço vários estímulos, ternura, amor, carinho... a presença do pai em casa pode ser de várias formas, pode estar presente e não dar atenção.

Constata-se por um lado, que os pais chamam a atenção para a necessidade da qualidade na interação com os seus filhos. Tal preocupação foi destacada por Cordeiro (1997), ao afirmar que querer os bebês não significa necessariamente preocupar-se com eles. Por outro lado, observa-se que há o reconhecimento da influência do amor do pai no desenvolvimento do bebê, o que é bastante positivo, de acordo com Simons et al. (1990), que consideram que os pais provavelmente se envolvem mais ao ter consciência que este comportamento fará uma diferença significativamente importante na vida do bebê. (Rohner & Veneziano, 2001)

Se os pais já tinham o desejo de participar do desenvolvimento do bebê, a participação na pesquisa maximizou esse desejo, fez com que eles participassem mais e ficassem mais atentos ao desenvolvimento do filho. Além do mais, reafirmaram o desejo de repetirem a experiência de ser pai de um recém-nascido.

Pai: (...) Tomamos mais consciência, pois esses encontros semanais proporcionaram reflexões sobre a evolução, o desenvolvimento de H., e isso, fez com que ficássemos mais atentos, observássemos mais para contar as novidades para vocês, foi importante para nós.

Mãe: (...) acredito que ele vai ser um bebê mais feliz. E que esse nosso carinho vai refletir para o resto da vida dele. Pretendo sempre dar muita atenção para ele, estar sempre presente, dar muito amor.

O interesse dos pais em participar da pesquisa sustenta os resultados de estudos recentes que mostram que os pais desejam mais informações de como cuidar de seus filhos conforme citam Matthey & Barnett (1999).

Nesta mesma linha de pensamento, Lebovici (1996), apud Wendland (2001) constata uma mudança na funções do pai nas sociedades urbanizadas e, como Verny & Kelly (1988), acreditam que o desejo de maternidade não é exclusivo das mulheres. Suas observações, comprovadas em nosso estudo, indicam que o pai pode desempenhar bastante bem o papel de maternagem no cuidado com os bebês.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões ocorrem em um contexto de certas limitações que precisam ser consideradas. Num primeiro momento, destaca-se o número das díades participantes da pesquisa que, se ampliada acredita-se poderia trazer maiores análises no que se refere à comparação com a idade, a sexo, o tempo despendido com as crianças, dentre outras. Um segundo momento, a falta de pesquisas que envolvem a interação pai-crianças, impedindo um parâmetro de comparação e levando a uma análise através da combinação de certas variáveis já mencionadas em outros estudos.

Neste contexto, entende-se que as conclusões deste estudo são preliminares e possibilitam a formulação de questões que poderão ser respondidas no futuro próximo. Entretanto, ainda que limitado acredita-se que os objetivos do trabalho foram atingidos.

A análise das características das interações no período considerado, permitiu evidenciar uma interação pai-bebê, com características de processos recíprocos de engajamento que tornam-se mais complexas, à medida que ocorre um conhecimento mútuo.

Os episódios identificados nas tentativas de interação, foram de domínio didático, ou seja, de objetos como mediadores das trocas das díades, em períodos não muito longos, mas o suficiente para se regularem mutuamente. Tais atividades ocorreram na residência das famílias, em contextos específicos: trocar fralda, vestir, dar banho, dar remédio, no colo e mamando.

O cuidado das crianças não é uma tarefa exclusivamente materna, os pais assumem constantemente essa tarefa, contrariando as observações da maioria dos estudos da área.

O remanejamento na família vem se processando gradualmente e revela aspirações de mudanças. Os homens demonstram maior reconhecimento da sobrecarga a que estão submetidas as suas companheiras e a importância do seu trabalho.

É nítida a influência positiva da participação do pai em relação a mãe levando, a afirmativa de que uma interação voltada ao prazer do cuidado e a vontade real de estar, influencia significativamente.

Destaca-se que o cuidar revela-se através de uma atitude de amor e de prazer na vida desses pais, indicando uma interação mais voltada a qualidade, bem como existe a consciência de que a participação em conjunto com a mãe é essencial para o desenvolvimento do bebê e vai influenciar positivamente em todos os momentos da vida da criança.

Se os pais já tinham o desejo de participar do desenvolvimento do bebê, a participação na pesquisa maximizou esse desejo, fez com eles participassem mais e ficassem mais atentos ao desenvolvimento do filho.

Pode-se considerar que a pesquisa distingue-se de todas as outras que tem como objeto de atenção a interação mãe-bebê. Assim, se por um lado contribui na área sobre

o amor paterno, por outro, delimita bastante as conclusões por falta de parâmetros de comparação. Entretanto, apesar das limitações, de maneira geral é possível considerar que:

A interação ocorre através de um processo de conhecimento mútuo entre os pais-bebê e caracteriza-se principalmente por interação face a face, onde os episódios de domínio didático foram os mais expressivos.

A participação do pai, seu envolvimento nos cuidados diários com os filhos mostra uma relação mediada por amor o que de certa maneira desatina a primazia do mito do amor materno.

Entretanto, muitas perguntas ficam ainda sem respostas, o que nos leva a sugerir, de maneira geral que:

- Seja enfatizado a relação pai-criança, dentro do processo de família dinâmica e complexa;
- Deve-se estender este estudo a uma população de díades mais numerosas;
- Existe a necessidade de uma metodologia que possa integrar-se e ampliar as possibilidades de “interação” e transformação social;
- Deve-se analisar a interação pai-bebê e sua influência com o desenvolvimento infantil.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDOLFI, M. *Por trás da máscara familiar: um novo enfoque em terapia da família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. 139p.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Por uma história da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ALMEIDA, J.S. de. Estudos de gênero. *Enciclopédia de Filosofia da Educação*, 2000. Disponível em: <<http://www.educacao.pro.br/genero.htm>>. Acesso em: 24 abril 2002.

ANISFELD, E. & LIPPER, E. Early contact, social support, and mother- child bonding. *Pediatrics*, n. 72, p. 79 - 83, 1983.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALDWIN, A.L. *Teorias do desenvolvimento da criança*. São Paulo: Pioneira, 1980.

BALTES, P.B. Theoretical propositions of life-span development psychology: on the dynamics between growth and decline. *Dev. Psychol.*, n.23, p. 611-26, 1987.

BEE, H. *A criança em desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1984.

BENETTI, S. O papel paterno na família japonesa: uma questão de presença física ou psicológica? *Psico.*, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 97-113, jan./jun., 2001.

BOWLBY, J. Formação e rompimento dos laços afetivos. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRUSCHINI, C. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Vértice, 1990.

CARVALHO, A. M. Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.13, n.1, Porto Alegre, 2000.

CARVALHO, G.D. Uma avaliação abrangente. *Rev. Sec. de Saúde*, São Paulo, n.27, p. 6-10, 1997.

CECCARELLI, P.R. A patologia do social e a delinquência. *Revista Risco*, Associação Mineira de Psiquiatria, Belo Horizonte, v.11, n. 11, p. 14-16, 2001.

CECHIN, W. E.E. As capacidades vitais e a importância da interação precoce dos pais com os recém-nascidos. *Rev. med. Hosp. São Vicente de Paulo*, 3 (6):5-7, abr. 1991.

CELIDÔNIO, R.F. Trilogia inevitável: família, aprendizagem, escola. *Revista Psicopedagogia*. São Paulo, v.17, 1998.

CERISARA, A.B. *A construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminino e o profissional*. 1996. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

COLEY, R.L.; CHASE-LANSDALE, P.L. Estability and change in paternal involvement among urban african american fathers. *Journal of Family Psychology*, v.13, n. 3, p. 416-435, 1999.

COSTA, I.I. da A família, a constituição do sujeito e o futuro da humanidade. In: SEMANA BAIANA DE PSICOLOGIA, 5., Salvador, 1999. *Anais...* Salvador, 1999. Disponível em : <<http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999>> Acesso em: 30 maio 2002.

CSILLAG, S. *Estados comportamentais do bebê recém-nascido observado em situação natural de maternidade nas seis primeiras horas de vida*. 1990. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DAVIS, J.E & PERKINS, W.E. Fathers' Care: A review of the literature, 2001. National Center on Fathers and Families.

DEL PRIORI, M. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

DESSEN, M.A. & BRAZ, M.P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v.16, n.3, set./dez. 2000.

DECASPER, A.J. & SPENCE, M.J. Prenatal maternal speech influences newborns perception of speech sounds. *Inf. Behavior Dev.*, n. 9, p.133-50, 1986.

DROUET, R.C.R. *Distúrbios da aprendizagem*. São Paulo: Ática, 1995, p. 207-43.

DUNN, J. Maturation an early social development. In: K. CONNOLY & H. PRECHTL (Org). *Maturation and development*. London: Spastics International Medical Publication, 1981.

ERON, L. D., BANTA, T. J., WALDER, L. O.; LAULICHT, J. H. Comparison of data obtained from mothers and fathers on child-rearing practices and their relation to child aggression. *Child Development*, n. 32, p. 457-472, 1961.

GANDRA, M.I.S & FARIAS, M.A. de. A importância do apego no processo de desenvolvimento. *Brazilian Pediatric News*, v.2, n.4., 2000. Disponível em: <http://www.brazilpednews.org.br>.> Acesso em: 6 abril 2002.

GESELL, A. *A criança dos 0 aos 5 anos*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GHERPELLI, M.H.B.V. *Maternidade na adolescência: uma carta às meninas*. 1999. Disponível em :<http://www.colband.com.br/ativ/nete/cpg/stip/stipmes16.htm>.> Acesso em: 29 abril 2002.

GRYCH, J.H. & CLARK, R. Maternal employment and development of the father-infant relationship in the first year. *Developmental Psychology*, v.35, n. 4, p. 893-903, jul., 1999.

INOKUMA, H.I. A família: origens, evoluções e tendências modernas *Revista Janus de História e Ciências Sociais*. ano 1, n.2, nov., 1997.

JAIN, A.; BELSKY, J.; CRNIC, K. Beyond fathering behaviors: types of dads. *Journal of Family Psychology*, v.10, n.4, p. 431-442, dec., 1996.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1992.

KENNEL, J. H. & KLAUS, M.H. Bonding: recent observations that alter perinatal care. *Pediatrics in Review*, v.19, n.1, p.4-12, 1998.

KESSEN, W. HAITH, M.M. & SALAPATEK, P.H. *Psicologia da criança*. v.2. São Paulo: EPU, EDUSP, 1975.

KNIBIEHLER, Y. Mulheres e vida privada. *Label France*, Revista da Embaixada Francesa no Brasil, n. 37, out., 1999. Disponível em: <<http://www.france.org.br/abr/label/index.html>> Acesso em: 6 maio 2002.

LEITE, S. M. O conceito de infância no site da turma da Mônica: estudo de caso da seção 'diversão' do site da turma da Mônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., Campo Grande, 2001. *Anais...* Campo Grande, 2001.

LEVY STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H.L. *Homem, cultura e sociedade*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

LYRA, J. *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. 1997. Dissertação (Tese de Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

LYRA, M.C. D. P. Desenvolvimento de um sistema de relações historicamente construído: contribuições da comunicação no início da vida. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.13, n.2, Porto Alegre, 2000.

MALDONADO, M.T. O amor de mãe. *Revista Família Cristã*, março, 2001.

MARIDAKI-KASSOTAKI, K. Understanding fatherhood in greece: father's involvement. Child Care. *Psic. Teor. e Pesq.* v.16, n.3, set./dez. 2000.

MARTÍNEZ, N. Z. I. *O papel da paternidade e a padrectomia pós-divórcio*. 1999. Dissertação (Tese de Mestrado em Psicologia Clínica) Universidade de Bio-Bio, Chile. Disponível em <<http://www.apase.com.br>>. Acesso em: 2 abril 2002.

MARTINS, J.F. *Como e porque amamentar*. São Paulo: Sarvier, 1984.

MATTHEY, S. & BARNETT, B. Parent-infant classes in the early postpartum period: Need and participation by fathers and mothers. *Infant Mental Health Journal*. 20:(3) 278-290, Fal, 1999.

- MEYER, L. *Família, dinâmica e terapia: uma abordagem psicanalítica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MINUCHIN, S. *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MINUCHIN, S. & FISHMAN, S.C. *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MORENO, M.C. & CUBERO, R. *Relações sociais nos anos pré-escolares: desenvolvimento psicológico e educação*. v. 1, Porto Alegre: Artes médicas, 1995, p. 190-202.
- MOULY, G. J. *Psicologia educacional*. São Paulo: Pioneira, 1970, p.104-253.
- MOURA, M.S. de & RIBAS, Desenvolvimento e contexto sociocultural: a gênese da atividade mediada nas interações iniciais mãe-bebê. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.13 n.2, Porto Alegre, 2000.
- MUSSEN, P.H; CONGER, J.J.; KAGAN, J. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. 4.ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda, 1977.
- MUSZKAT, M, E. Quando três é melhor do que dois. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., Salvador, 2000. *Anais...*, Salvador, 2000.
- OLIVEIRA, M.L.B. *Infância e historicidade*. 1989. Dissertação (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- OSOFSKY, J.D. & DANZGER, B. Relationships between neonatal characteristics and mother-infant interaction. *Developmental Psychology*, v.10, n.1, p. 124 – 130, 1974.
- OSTETTO, L. E. Da rua à fábrica: a condição infantil na República. *Perspectiva*, ano 8, n.15, p. 90-120, jul./dez 1990.
- PENTEADO, R.Z.; SEABRA, M.N.; BICUDO-PEREIRA, I.M.T. Ações educativas em saúde da criança: o brincar enquanto recurso para participação da família. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v,6, n.1, p. 49-56, 1996.
- PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva, 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- PICCININI, C.A; MOURA, M.L.S.; RIBAS, A.F.P.; BOSA, C.A.; OLIVEIRA, E.A. PINTO, E.B.; SHERMANN, L.; CHAHAN, V.L. Diferentes perspectivas na análise da interação pais-bebê/criança. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.14, n.3, Porto Alegre, 2001.
- PILETTI, N. *Psicologia educacional*. São Paul: Ática, 1984, p.273-87.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PRADO, D. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- RAMIRES, V.R. *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- REVISTA ISTO É. *Evolução das Espécies*, São Paulo, ed. 1635, fev., 2001, p. 28-29.
- RIBAS, A. F. P. & MOURA, M.L.S. Manifestações iniciais de trocas interativas mãe-bebê e suas transformações. *Estud. psicol. (Natal)*, v.4, n.2, Natal, jul./dez. 1999.
- RIVERO, A. S. A Infância na visão de profissionais da educação infantil pré-escolar. Fundação Pesquisa, *Relatório*. Florianópolis, março, 1996.
- ROHNER, R.P.; VENEZIANO, R.A. The importance of father love history and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, v.5, n.4, p. 382-405, dec., 2001.
- SANDIN, B. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia. reflexões sobre o século da criança. *Rev. bras. Hist.*, v.19 n.37, São Paulo, set. 1999.
- SIGOLO, S.R.R. L. Desenvolvimento infantil e estilos interativos entre mãe e criança. In: Semana Baiana de Psicologia, 5., Salvador, 1999. *Anais...* Salvador, 1999. Disponível em : <<http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999>> Acesso em: 30 maio 2002.
- SILVEIRA, J.C. da. *Infância na mídia: sujeito, discurso, poderes*. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- TREVARTHEN, C. Emoções na infância: regulação de contato e interação com pessoas. In: SCHERER, K.R. & EKMAN, P. (Eds). *Approaches to Emotion*. Londres: Lawrence Erlbaum, 1984.
- TRINDADE, Z.A. Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional. In: SEMANA BAIANA DE PSICOLOGIA, 5., Salvador, 1999. *Anais...* Salvador, 1999. Disponível em : <<http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999>> Acesso em: 30 maio 2002.
- VERNY, T. e KELLY, J. *La vida secreta del niño antes de nacer*. Barcelona: Ediciones Urano, 1988.
- VINHA, V.H.P. *Amamentação materna: incentivo e cuidados*. São Paulo: Sarvier, 1983. p. 8-10.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1994.
- WENDLAND, J. A abordagem clínica das interações pais-bebê: perspectivas teóricas e metodológicas. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.14, n.1, Porto Alegre, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZORZI, J.L. Linguagem e aprendizagem. In: *Tópicos em fonoaudiologia*, v.2, São Paulo, 1995, p. 213-28.

ANEXOS

Grupo Experimental: criança 2**Entrevista Inicial: 07/06/01****Criança: G. L. M.**

D. N.: 01/05/01

Pai: I. J. M.

D.N.: 17/05/61

Profissão: Dentista

Grau de escolaridade: Superior completo.

Mãe: A C. G

D.N.: 23/03/76

Profissão: Advogada

Grau de escolaridade: Superior completo.

- **Gestação:**

Planejamos ter filhos no final do ano passado, veio um pouco antes, casados a dois anos.

Gestação sem intercorrências, teve a duração de 43 semanas.

- **Participação do pai durante a gestação:**

O pai relatou que conversava bastante com ele (bebê) dizia “eu sou o papai”, colocava música para ele, músicas para bebê, brincava, diz que G. já fazia parte da família desde quando estava na barriga, como se estivesse externo ao útero.

Segundo a mãe o pai deu muito apoio, passou muita segurança, “curtíamos muito juntos o bebê mexendo na barriga, me acompanhou sempre no médico, foi muito boa a participação do I. daria nota onze, a participação de I. foi muito melhor que eu esperava, me acompanhava nas consultas me apoiou a fazer hidroginástica, drenagem linfática, durante o parto também foi ótimo”.

- Parto:

O bebê nasceu a termo, de 43 semanas. Foi cesariana, tentaram parto normal, mas não houve dilatação. O pai participou do parto, diz “ter sido muito emocionante, quando vi o G., foi um momento inesquecível”.

A mãe teve depressão pós-parto, durante uns dez dias, esta relata “que a presença o pai foi fundamental para sua recuperação”. O pai diz que explicava que era decorrente das mudanças hormonais e que tentava acalmá-la, ficou sempre ao lado de A..

- Bebê após o nascimento:

O bebê mamou logo, sem problemas, no início houve a complementação com glicose, mas depois tudo normal até o momento, pretendem amamentar até o sexto mês exclusivamente, a mãe congela leite materno, pois faz curso no sábado e não quer dar outro tipo de alimento.

O pai comenta que todo dia G. muda, abre mais o olho, se movimenta mais, mais força na perna, tem lugares que gosta mais de ficar, segue com os olhos os movimentos das pessoas. “Quando eu saio (pai) as vezes ele está dormindo, mas se não brinco, conversamos muito com ele, sempre estamos falando, cantando, explicamos as coisas que vamos fazer com ele: agora vamos tomar, banho, comer, falamos parte do corpo. Ele gosta do móbile, as vezes acompanha um pouco, e um relógio que balança os bichinhos, ele fica empolgado”. Se o bebê fica no brincando no chão, tem que ter alguém por perto, se não ele chora. O pai troca, da banho, “gosto muito de participar, na amamentação fico perto, converso com a A. com o G.”, a mãe prefere que o pai esteja ao lado dela durante a amamentação, “fica um momento de família, bem gostoso”, diz a mãe.

“Organizei horários para poder ficar mais tempo com G., fim-de-semana, procuramos sair, levar ele há lugares diferentes, e ficar sempre nós três juntos”, afirma o pai.

Visitas Semanais:**14/06/01.**

Situações de filmagem: interação pai e bebê sem brinquedo.

Relatos durante a filmagem:

Pai

- G. segue pessoas e objetos com o olhar.
- G. já sustenta a cabeça por pouco tempo;
- Consigo acalmar Gabriel quando ele começa a chorar;
- G. só aceita a chupeta (ortodôntica) quando a A. demora para dar mama para ele, mas ele chupa só um pouco e depois para.

Relatos fora da filmagem.

Mãe:

- G. fica mais calmo quando o pai está presente no momento da amamentação.
- G. já chupava o dedo ainda dentro do útero, mas parou antes do primeiro mês de vida.

21/06/01.

Situações de filmagem: amamentação, interação pai e bebê com e sem brinquedo;

Relatos do durante a filmagem:

Pai:

- Fico sempre que posso ao lado deles na amamentação, mexo na mão do G. quando ele para de mamar, faço carinho, tanto na mãe como no bebê;
- Quando alguém mexe com o G. quando ele está mamando ele fica bravo, mas se sou que mexo com ele, ele não se incomoda.
- G. percebe mais objetos coloridos, começou a fazer sons diferentes.
- G. está bem expressivo, tem contato olho a olho quando está conversando, se os pais falam sério ele fica sério, se os pais riem ele ri também.
- Quando não é dado o banho pela manhã ele fica bravo, gosta de tomar dois banhos por dia, parece brincadeira mas é verdade.

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Tentamos oferecer uma rotina para ele, horário de banho, de mamar, deixamos ele chorar um pouquinho as vezes; Acho que tenho muito jeito com ele, e todos falam isso também;
- Costumo dar banho em G. pelo menos uma vez ou duas vezes por semana, é um contato muito bom.
- O mais importante é que G. é bem saudável, come e dorme bem, fico bem feliz por isso;

Mãe:

- Acho que a sucção dele quando o pai está junto é mais tranqüila; percebo que ele é um bebê tranqüilo, estamos sempre com ele, acho que isso ajuda muito;

28/06/01

Situações de filmagem: banho, interação pai e bebê com e sem brinquedo;

Relatos do durante a filmagem:

Pai:

- G. está rindo mais;
- Brincando com os brinquedinhos novos;
- Gosta muito de ficar olhando um quadro colorido que tem na sala;
- O banho ele curti muito e eu também; faço massagens, converso bastante com ele neste momento;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Estou ficando bastante com o G., organizo bem meus horários, e quando estou em casa tendo me dedicar exclusivamente a família, quero curtir muito todo o crescimento do G., vai ser bem importante para ele;

05/07/01

Situações de filmagem: banho, interação pai e bebê com e sem brinquedo;

Relatos do durante a filmagem:

Pai:

- Está fazendo sons mais longos, dois sons junto;
- Brinco sempre com ele com um ratinho cor de rosa que ele adora; acompanha, dá gritinhos, sorri, é bem legal;
- Não gosta de ficar sem roupa, nem muito coberto, as mãos tem que sempre estar livre;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Está dormindo mais, está mais calmo, parece que está mais feliz;
- Continua mamando bem tranquilamente, sempre que posso fico junto, é um momento muito prazeroso, não só para mim mas para a família;

12/07/01.

Situações de filmagem: amamentação, interação pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- G. está olhando mais fixamente para os objetos, mexe o braço com as mãos fechadas, parecendo ser em direção ao objeto;
- Brinquei com assoprando, ele ria somente quando eu assoprava, já está associando, quando eu fingia que assoprava ele não ria, foi bem gostoso esta brincadeira;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Amamentação normal, continua tranquila;
- Responde aos estímulos sonoros com o olhar; olha com mais atenção (com o olhar mais fixo) em direção aos objetos.

- G. continua com horário regulado para mamar, atualmente a mamada está ocorrendo em ritmo mais tranquilo; a mãe também comenta isso;

19/07/01

Não houve visita, pois o bebê estava doente e iria ao médico.

26/07/01

Situações de filmagem: banho, interação pai e bebê, com e sem brinquedos;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- No banho ele está super bem, acho que ele gosta de banho;
- Está gostando bastante de brincar com um brinquedo novo que ganhou (chocalho), olha muito para o brinquedo;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Nesta semana fiquei bastante com G., minha esposa fez curso e eu que fiquei com ele a noite, foi muito bom, curti bastante ele, dava banho, trocava fraldas, fazia ele dormir, teve uma noite que acabei cochilando ao lado dele, foi bem gostoso, bem abraçado nele, uma sensação realmente boa;

02/08/01.

Situações de filmagem: interação pai e bebê, com e sem brinquedos;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- G. acompanha objetos e pessoas com o olhar e girando a cabeça;

- Já fica sentado com apoio, quando colocado de bruços consegue sustentar a cabeça e se vira sozinho, começou a rolar;
- Quando está sentado fica se mexendo e forçando as pernas;
- G. já consegue segurar objetos por um tempo;
- Todo objeto que ele pega ele leva à boca;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Os pais relatam que Gabriel está super ativo, responde rápido aos estímulos, emite vários sons, conversa bastante, e imita caretas, bem divertido;
- G. dorme a noite inteira, só acorda para mamar;
- Se alguém conversa, ou se alguma coisa chama a sua atenção enquanto ele está mamando, ele pára de mamar, observa o que está acontecendo e depois volta a mamar;

09/08/01

Situações de filmagem: troca de fraldas, interação pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- Está bem ativo, brincando, fazendo muitos sons;

Relatos fora da filmagem

Pai:

- Fiquei com eles durante a amamentação, continua sendo bom, só não posso falar muito alto, pois ele para de mamar e me olha, fico fazendo carinho nele, ele fica quietinho mamando;
- Está pedindo bastante colo, nós damos, é gostoso essa troca de carinho, se ele está precisando de nós, querendo nosso colo, nós damos com muito prazer;

Mãe:

- Acho que as vezes ele pede muito colo, mas é gostoso ficar com ele, quando está nós três juntos é muito bom, como o I. falou é uma troca de carinho, é muito prazeroso estar a família junto;

15/08/01

Não houve visita, pois o pai tinha um compromisso profissional e não pode estar em casa.

23/08/01

Situações de filmagem: interação pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Passeamos com ele neste fim-de-semana, e notamos uma enorme diferença, era um lugar movimentado, ele ria, olhava para tudo, não chorou, foi no colo de algumas pessoas, brincou, foi bem divertido, tinha criança, ele ficava olhando fixamente para elas;

30/08/01.

Situações de filmagem: interação pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- G. já firma bem o tronco, senta com apoio, começa a querer levantar se apoiando nas perninhas, não gosta de ficar deitado, só quer ficar em pé (no colo);
- G. já pega o pé, tira a meia sozinho e chupa o pé;
- G. sorri quando eu chego em casa, faz bagunça quando me vê;
- Acalmo o G. quando ele começa a chorar e diferencio entre o choro de fome, sono, dor, etc.

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- G. está super atento a tudo que acontece ao seu redor, quer pegar tudo o que está em volta, já começa a coordenar a mão com o olhar, conseguindo pegar os objetos sozinho;
- G. já está imitando caretas, aumentou a quantidade de sons e conversa (emite som, pára, escuta e emite som novamente);
- Continuo acompanhando a amamentação e dando banho no bebê;
- G. esteve doente nas duas últimas semanas ficamos bem preocupados, não nada de mais, mas preocupa, quero tudo de melhor para meu filho;
- Foi ao Pediatra, está tudo bem agora;

06/09/02.

Situações de filmagem: amamentação, interação pai e bebê, com e sem brinquedos.

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- Está atendendo quando chamado pelo nome;
- Olha para tudo, sempre muito atento ao ambiente;
- Não gosta de ficar sentado, força as pernas para ficar em pé;
- Faz “brrrrr”, imita a gente, tenta fazer os mesmos movimentos que nós fazemos, se eu mostro a língua para ele tenta fazer igual;
- Tira o bico e tenta colocar;
- Leva a mão para pegar objetos;
- Já sai do edredon quando está no chão;
- Tenta arrumar a chupeta se coloca de forma incorreta.

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Fica muito atento com a minha voz, olha fica prestando atenção na minha boca, quando estou falando, muito legal, ri quando eu chego em casa, é gratificante ver ele demonstrando esse carinho;

- Dei banho nele esta semana, fizemos muito bagunça, foi bem engraçado, ele gostou e eu também, é muito prazeroso dar banho, ficar com ele é bom;

Mãe:

- G. está bem perceptivo, está muito bem, a educação que estamos dando a ele com certeza faz diferença, o fato de eu e u I. estarmos bem presentes, passa para ele segurança, ele se sente amado;

13/09/01.

Situações de filmagem: troca de fraldas, interação pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- G. já começa a levantar o tórax quando colocado de bruços;
- G. rola e se vira sozinho com frequência;
- Já passa objetos de uma mão para outra. Põe o bico na boca sozinho;
- Quando a TV está ligada ela fica prestando atenção;
- Continua brincando com o pé.
- Conversa bastante e atende rápido quando chamado pelo nome, dá gargalhadas altas.

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Continuo ficando com ele todos os dias.
- G. está bem ativo, brinca bastante e gosta de passear de carrinho;

Mãe:

- G. está percebendo mais a presença do pai e que ele passa horas com o pai sem chorar.
- G. continua mamando normalmente, bem tranquilo;

20/09/01.

Situações de filmagem: interação entre pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos durante a filmagem:

Pai:

- G. coloca a língua para fora com bastante frequência;
- Faz vários sons;
- Quando está deitado se alguém puxa os seus braços ele levanta o tronco, senta e depois fica em pé;
- Rola sozinho várias vezes e com frequência;
- Quando o brinquedo está longe ele estica os braços e se vira até conseguir pegar;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Está cada vez mais ativo, sempre fazendo sons, se movimentando;

29/09/01

Situações de filmagem: interação entre pai e bebê, com e sem brinquedo;

Relatos fora da filmagem:

Pai:

- Quando colocamos ele no cobertor no chão acho muito engraçado, pois ele não vai até o brinquedo ele puxa o cobertor para que o brinquedo chegue até ele, ele é bem esperto;
- Continua só se alimentando com leite materno, já pensamos em dar outro alimento, mas sabemos da importância da amamentação e vamos deixá-lo mamar por mais tempo;

04/10/01. Entrevista Final

Pai

Como está sendo sua experiência como pai?

Com o nascimento do G. ocorreu uma mudança interna, me sinto mais responsável. e a experiência como pai é um complemento, um amadurecimento, é maravilhoso. Tive uma participação efetiva durante a gestação e quando o G. nasceu era como se estivesse

nascendo de mim. Faz com que se sinta mais completo, é tão importante para o pai quanto para a mãe, a participação do desenvolvimento do filho, a pessoa se sente mais gente, mais humano, entende mais as emoções;

Tira o mito de cuidar de criança, e é muito bom, vai conhecendo, percebendo a criança, estou bastante tempo com ele, sempre que estou em casa, brinco, canto, faço caretas e sons;

Como você vê essa sua participação no desenvolvimento de seu filho?

Acho muito importante participar das atividades do bebê, acompanhar o seu desenvolvimento, para conhecê-lo melhor, reconhecer as suas reações. Pretendo continuar acompanhando o desenvolvimento do meu filho, já faz parte da nossa vida, quero repassar para outros pais a minha experiência com o G.

Conhecemos outras crianças entre 7 e 8 anos são inseguras e dependentes da mãe e acreditamos que fazendo esse trabalho com o G. ele não vai ter esse problema. Acredito que essa insegurança é típica de crianças criadas sem a participação efetiva do pai. Observando isso nós vemos o que não devemos fazer.

É questão de priorizar, tem pais que não ficam com o filho pois não tem isso como prioridade, eu tenho como algo de muita importância ficar com o meu filho;

Nossa vida está super legal com o G. a gente curte bastante ele, estamos muito felizes e eu muito contente de estar sendo um bom pai, estar realmente dando muito amor para o G.;

Nossa rotina continua a mesma, incluímos o Gabriel em todos os programas e planejamos ter outro filho.

Como reflete sua participação em seu filho?

Acredito que tudo o que fizemos durante a gestação e os primeiros meses vai refletir durante toda a vida da criança.

Minha participação e da A. reflete segurança, ele se sente em um meio seguro, são formas diferentes de carinho (carinho materno e paterno), formas diferentes de ver a vida, e os dois são essenciais para a criança, há um equilíbrio, nem tanto de um lado nem do outro, um

equilíbrio entre o carinho dos pais, não vem só de um lado, fico certo que o G. se sente muito amado;

Pretende repetir a experiência de ser pai?

Com certeza, já tínhamos planos de ter dois filhos, mas depois do G. essa vontade aumentou, mas isso vai ser daqui a um tempo ainda, vamos primeiro se dedicar ao G.

Como foi participar da pesquisa?

Fiquei muito satisfeito em participar da pesquisa, a pesquisa reforçou a vontade de estimular e acompanhar o desenvolvimento do bebê. Eu já tinha noção que o estímulo é importante e que a base é fundamental, e isso vai refletir no futuro, e com a pesquisa isso só aumentou. A pesquisa aumentou a minha segurança como pai, principalmente por ser uma pesquisa voltada ao pai, que existem poucos trabalhos.

Mais algum comentário?

Só agradecer, vocês contribuíram, com certeza, para formação do meu filho, por estarem sempre presentes e incentivando a minha participação.

Mãe:

Como você descreve o seu marido como pai?

A participação do I. me deixou mais segura, em todos os momentos que eu ficava em dúvida era ele que me ajudava a decidir o que era melhor, me passando sempre muita segurança. Noto que o bebê tem uma forte ligação com o pai, em outras crianças que conhecemos não percebemos isso, o I. chega na porta ele ri, sinto essa ligação forte entre os dois.

Outro fator é que a mãe tem a tendência de superproteger, o I. ajudou muito nisso, tirou um pouco essa tendência a proteção, ajudou a mim, a deixar o bebê mais livre, o I. sempre incentivou a deixar G. explorar o meio.

Como foi sua família participar da pesquisa?

Vi a pesquisa como um auxílio na criação do nosso bebê, pois acabou incentivando mais a participação do I., acredito. O I. está desempenhando um excelente papel de pai, fico muito contente, isso é muito bom para nós três.